

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Determinantes da divulgação do Relato Integrado**

André Manuel dos Santos Aldeia

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof<sup>a</sup> Doutora Inna Choban de Sousa Paiva, Prof<sup>a</sup> Auxiliar,  
ISCTE Business School

Novembro, 2022



BUSINESS  
SCHOOL

---

Departamento de Contabilidade

## **Determinantes da divulgação do Relato Integrado**

André Manuel dos Santos Aldeia

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof<sup>a</sup> Doutora Inna Choban de Sousa Paiva, Prof<sup>a</sup> Auxiliar,  
ISCTE Business School

Novembro, 2022

## **Agradecimentos**

A dissertação de mestrado é o culminar de um percurso académico recheado de desafios e de constante evolução. É a realização de um objetivo pessoal, onde a autodisciplina, o esforço, o empenho e a dedicação são os ingredientes principais para chegar a bom porto. Para além destes ingredientes, existe ainda um muito especial: as pessoas. Foram elas que tornaram este objetivo possível e mais fácil de ser alcançado, e por essa razão merecem um agradecimento especial.

À Professora Inna Paiva, pela sua orientação e acompanhamento ao longo deste percurso. Foi, sem dúvida, uma professora que marcou a minha passagem pelo ISCTE de forma positiva, tanto na Licenciatura como no Mestrado. Obrigado por estar sempre disponível para ajudar e por todo o conhecimento transmitido.

À minha família, em particular, aos meus pais, por me terem acompanhado desde sempre e por me apoiarem em todas as minhas decisões. Foi com eles que em momentos de maior pressão encontrei algum conforto e motivação para continuar. Obrigado por nunca duvidarem das minhas capacidades e por me terem dado as condições necessárias para chegar até aqui.

À minha avó, que é a base de tudo e que para mim é um exemplo de superação, energia e vida. Obrigado por todas as palavras de afeto e por estar sempre presente em todos os momentos.

Aos meus amigos, pela paciência e compreensão ao longo deste percurso e por todos os conselhos que me permitiram seguir em frente. Obrigado por estarem sempre presentes e por terem sempre acreditado que eu era capaz.

À Fidelidade e a todos os meus colegas que me acompanharam durante estes dois anos e que permitiram equilibrar a minha vida académica com a vida profissional.

E por último, ao ISCTE, por ter sido a minha segunda casa durante os últimos cinco anos e por me ter dado a oportunidade de conhecer pessoas que levo comigo para a vida. Obrigado por todos os ensinamentos e ferramentas que fizeram de mim a pessoa que sou hoje!



## Resumo

A forma como as empresas comunicam com o exterior tem vindo a sofrer mudanças significativas. Os reportes tradicionais focados apenas em informação financeira deixaram de ser suficientes para perceber o negócio e satisfazer os *stakeholders*. Para preencher esta lacuna surgiu um novo reporte cada vez mais utilizado pelas empresas e que integra informação financeira e não financeira num só documento: o Relato Integrado.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar os determinantes dos países e os determinantes das empresas que influenciam a divulgação deste novo tipo de reporte, através de uma amostra de 737 empresas pertencentes a países da União Europeia, no horizonte temporal de 2017 a 2020. Na ótica das empresas, são analisadas as características do Conselho de Administração e na ótica dos países é feita uma análise a três dimensões de Hofstede. Para analisar o impacto destas características na divulgação do RI é adotado um modelo de regressão logística.

Os resultados obtidos demonstram que uma maior percentagem de mulheres e de membros independentes no CA e um maior número de reuniões deste órgão, influenciam de forma positiva a divulgação do RI. Por outro lado, foi demonstrado que a dimensão do CA e as dimensões de Hofstede, nomeadamente, o coletivismo, o feminismo e a orientação para o longo-prazo não são determinantes para a divulgação deste tipo de relato. O presente estudo procura aumentar o conhecimento sobre uma realidade atual e ainda pouco explorada por investigadores e académicos.

**Palavras-chave:** Relato Integrado; Conselho de Administração; Hofstede; Responsabilidade Social Corporativa; Informação não financeira; União Europeia

**Sistema de Classificação JEL:**

**G34:** Fusões, Aquisições, Restruturações, Governo das Sociedades

**M41:** Contabilidade



## **Abstract**

The way companies communicate with the outside world has been undergoing significant changes. Traditional reporting focused only on financial information is no longer sufficient to understand the business and satisfy the stakeholders' needs. To fill this gap, a new report emerged that is increasingly used by companies, integrating financial and non-financial information in a single document: the Integrated Report.

The main objective of this study is to analyze the country and firm determinants that influence the disclosure of this new type of report, through a sample of 737 companies belonging to countries of the European Union, between 2017 and 2020. From the perspective of the companies, this study analyzes the characteristics of the Board of Directors. From the perspective of the countries, an analysis of Hofstede's three dimensions is performed. A logistic regression model is adopted to analyze the impact of these characteristics on IR disclosure.

The results demonstrate that a higher percentage of women and independent members in the Board of Directors and a higher number of meetings of this body positively influence the disclosure of IR. On the other hand, it was also demonstrated that the size of the Board and the Hofstede dimensions, collectivism, feminism and long-term orientation are not determinants for the disclosure of this type of report. The present study seeks to increase the knowledge about a current reality that is still little explored by researchers and academics.

**Keywords:** Integrated Report; Board of directors; Hofstede; Corporate social responsibility; non-financial information; European Union

**JEL Classification System:**

**G34:** Mergers, Acquisitions, Restructuring, Corporate Governance

**M41:** Accounting



**Índice geral**

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract .....	v
Glossário de abreviaturas .....	xi
1. Introdução.....	1
2. Revisão da literatura.....	5
2.1. Abordagem conceptual do RI.....	5
2.2. Internacionalização do RI.....	7
2.3. Teorias e RI .....	8
3. Desenvolvimento das hipóteses .....	11
3.1. Determinantes das empresas.....	13
3.2. Determinantes do país .....	19
4. Metodologia .....	25
4.1. Tipo de investigação e objetivo do estudo.....	25
4.2. Base de dados e amostra.....	25
4.3. Variável dependente .....	26
4.4. Variáveis independentes .....	28
4.5. Variáveis de controlo.....	29
4.6. Método de análise de dados e modelo empírico.....	30
5. Resultados e discussão .....	31
5.1. Estatísticas descritivas .....	31
5.2. Matriz de correlações.....	35
5.3. Resultados da Regressão .....	38
6. Conclusão.....	43
7. Fontes .....	47
8. Referências Bibliográficas .....	49

9.	Anexos.....	59
	Anexo A - Figuras de apoio à Revisão de literatura.....	59
	Anexo B - Índices das dimensões de Hofstede analisadas .....	59
	Anexo C - Outputs do SPSS .....	60

## Índice de tabelas

Tabela 3.1 - Estudos de determinantes da divulgação de RI ao nível de empresas e países....	12
Tabela 4.1 - Variável dependente e respetivo método de cálculo .....	27
Tabela 4.2 - Variáveis independentes e respetivo método de cálculo.....	28
Tabela 4.3 - Variáveis de controlo e respetivo método de cálculo .....	30
Tabela 5.1 - Distribuição das empresas por país e por divulgação, ou não, de RI.....	31
Tabela 5.2 - Estatísticas descritivas das variáveis independentes .....	32
Tabela 5.3 - Estatísticas descritivas das variáveis de controlo.....	34
Tabela 5.4 - Distribuição das empresas analisadas por setor de atividade.....	35
Tabela 5.5 - Matriz de correlações .....	36
Tabela 5.6 - Estatísticas de Colinearidade .....	37
Tabela 5.7 - Resultados da Regressão .....	38
Tabela 5.8 - Resumo das hipóteses de investigação formuladas.....	41
Tabela 9.1 - Testes de normalidade.....	60
Tabela 9.2 - Teste de Hosmer-Lomeshow (ajustamento do modelo) .....	60
Tabela 9.3 - Análise da qualidade preditiva do modelo .....	60
Tabela 9.4 - Tabela de Classificação.....	60
Tabela 9.5 - Testes de Omnibus do Modelo de Coeficientes.....	61

## Índice de figuras

Figura 9.1 - Níveis subjacentes à definição de cultura.....	59
-------------------------------------------------------------	----



## **Glossário de abreviaturas**

CA - Conselho de Administração

DJSI - *Dow Jones Sustainability Index*

ESG - *Environmental, Social, and Governance*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IBM - *International Business Machines*

ICGN - *International Corporate Governance Network*

IFA - *Institut Français des Administrateurs*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

IRCC - *Integrated Reporting and Connectivity Council*

ISSB - *International Sustainability Standards Board*

ONG - Organizações Não Governamentais

RI - Relato Integrado

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SEBI - *Securities and Exchange Board*

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SIC - *Standard Industrial Classification*

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

TLC - Teorema do Limite Central

UE - União Europeia

VIF - *Variance Inflation Factor*

WICI - *World Intellectual Capital Initiative*



## 1. Introdução

O Relato Integrado (RI) é um conceito emergente que possibilita a integração de informação financeira com informação não financeira num só documento (de Villiers et al., 2017). Este tipo de relato tem vindo a ganhar cada vez mais apoiantes, não só ao nível das empresas, mas também ao nível dos *stakeholders*, que procuram perceber de que forma a empresa está a gerar valor para a sociedade e a contribuir para o desenvolvimento sustentável (Cheng et al., 2021). O RI procura distanciar-se dos relatórios de sustentabilidade ao incluir informação que tenha impacto material nas finanças da empresa no longo-prazo, bem como na tomada de decisão por parte dos *stakeholders* (Nishitani et al., 2021).

A popularidade do RI aumentou, consideravelmente, quando em 2013 foi criado o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), um organismo focado em desenvolver uma *framework* aceite internacionalmente. O conteúdo desta *framework* assenta num conjunto de diretrizes e princípios que pretendem auxiliar as empresas na elaboração do RI, principalmente, ao nível do pensamento integrado (Mokabane & Toit, 2022). Contudo, a *framework* não é clara quanto ao reporte de informação de sustentabilidade, focando-se no valor para os investidores e não no valor para a sociedade (Flower, 2015). Por essa razão e pelas *guidelines* do IIRC serem de carácter voluntário, existe uma grande diversidade de reportes, dado que as empresas preparam o RI consoante as suas necessidades e características. Por conseguinte, o presente estudo não se limita apenas às empresas que seguem esta *framework*, mas sim a todas as realidades.

Para além do IIRC, ocorreram outras iniciativas que promoveram a integração da informação financeira e não financeira no seio da comunidade internacional. A começar pela diretiva 2014/95/EU, emanada pelo Conselho Europeu, e que tornou obrigatória a divulgação de informação não financeira para empresas de interesse público com mais de 500 colaboradores (Cupertino et al., 2021). E, mais recentemente, com a criação do *Integrated Reporting and Connectivity Council* (IRCC), pela IFRS Foundation, cujo objetivo principal é integrar a informação financeira emitida pelo IASB com a informação de sustentabilidade emitida pelo ISSB (Deloitte, 2022).

A um nível empresarial, um dos principais intervenientes na escolha do tipo de relato a adotar é o Conselho de Administração (CA). As características deste mecanismo de *Corporate Governance* assumem uma importância elevada na escolha das políticas de divulgação a adotar e, portanto, é necessário perceber quais delas assumem relevância na decisão de divulgar o RI (Cerbionni & Parboneti, 2007; Cheng & Courtenay, 2006). Os estudos desenvolvidos nesta área

são ainda muito limitados uma vez que se focam, essencialmente, em perceber a influência das características do CA no RI divulgado por empresas que seguem as diretrizes do IIRC (Fiori et al., 2016; Omran et al., 2021; Qaderi et al., 2022; Girella et al., 2022; Alfiero et al., 2017; Frias-Aceituno et al., 2013b). Quando o IIRC foi criado, o RI já era divulgado por inúmeras empresas, e por essa razão, é importante alargar as realidades investigadas, não só para melhorar o conhecimento académico, mas também para aumentar a informação disponível para empresas e reguladores.

Ao nível dos países, a dimensão cultural ganha especial relevância na forma de agir das organizações e conseqüentemente, no formato de reporte adotado. Na base do fenómeno cultural, o trabalho realizado por Hofstede assume especial destaque em todo o mundo. As dimensões culturais criadas por este psicólogo holandês, procuram explicar as diferenças existentes entre países, tanto nas pessoas como nas organizações que os compõem (Nickerson, 2022). Relativamente à influência das dimensões de Hofstede na adoção do RI, a literatura ainda é reduzida (García-Sánchez et al., 2013; Girella et al., 2019; Vaz et al., 2016) e por isso, torna-se necessário explorar a relação entre estas variáveis. Atualmente, a África do Sul é o único país em que o RI é obrigatório. Nos países da UE, para além da diretiva 2014/95/EU, tem-se assistido a um aumento das leis que obrigam as empresas a divulgar informação de RSC, situação que beneficia a opção pelo RI (Albertini, 2019; Sun et al., 2022).

O objetivo da presente dissertação centra-se em analisar os determinantes do CA e os determinantes dos países, refletidos nas dimensões de Hofstede, que influenciam a divulgação do RI. A análise irá incidir no horizonte temporal de 2017 a 2020 e será realizada com base numa amostra de 737 empresas pertencentes a países da UE. Estes países apresentam várias semelhanças, tanto ao nível económico como social. O facto de partilharem um mercado único no qual os bens, as pessoas e os serviços podem circular livremente, é um exemplo da harmonização das leis e políticas adotadas pelos países da UE (Archick, 2022). Atualmente, a maior parte dos estudos que relacionam o RI com países da UE, são focados na diretiva 2014/95/EU e tentam perceber as conseqüências no reporte das empresas após a sua introdução (Nicolò et al., 2020; Venturelli et al., 2019; Mion & Adai, 2019). O presente estudo pretende acrescentar valor ao analisar uma amostra ainda pouco explorada por investigadores e académicos.

Para a concretização do estudo, o processo de recolha de dados foi extenso e complexo, devido à inexistência de uma base de dados atualizada com todas as informações acerca do reporte utilizado pelas empresas. Numa primeira fase, recorreu-se à base de dados da *Corporate Register* e da *Thomson Reuters Eikon* e na segunda fase, para preencher as lacunas na

informação, foi realizada uma análise manual através dos websites das restantes empresas. Adicionalmente, os artigos científicos que serviram de base à revisão da literatura do presente estudo foram extraídos, maioritariamente, das bases de dados da Web of Science e Scopus.

Os resultados da investigação demonstram que uma maior percentagem de mulheres e de membros independentes no CA e um maior número de reuniões anuais deste órgão, influenciam positivamente a divulgação do RI, que vai de encontro aos resultados obtidos em estudos anteriores (Frias-Aceituno et al., 2013b; Fiori et al., 2016; Alfiero et al., 2017; Girella et al., 2019; Girella et al., 2022). Em sentido oposto, a dimensão do CA e as dimensões de Hofstede não mostraram ser relevantes na opção por adotar este tipo de relato. Relativamente à dimensão do CA, os estudos de Alfiero et al. (2017) e Omran et al. (2021) também não encontraram uma relação significativa entre as duas características enquanto Frias-Aceituno et al. (2013b) e Girella et al. (2019) evidenciaram uma relação positiva. No que toca às dimensões de Hofstede, os escassos estudos existentes na literatura, evidenciaram uma influência positiva destas dimensões na divulgação do RI (Girella et al., 2019) enquanto outros não identificaram qualquer tipo de relação (García-Sánchez et al., 2013; Vaz et al., 2016).

Até à data, os estudos realizados tiveram em conta as empresas que divulgam o RI mediante as diretrizes do IIRC e que estão presentes na base de dados deste organismo. O presente estudo procura acrescentar valor ao ter em conta todas as realidades existentes. É o primeiro estudo, a nível europeu, a analisar, simultaneamente, as dimensões de Hofstede e as características do CA que influenciam o RI. Do ponto de vista prático e legal, é importante acentuar que o presente estudo conclui que as características do CA, ao contrário das dimensões de Hofstede, influenciam significativamente a divulgação do RI. Por essa razão, pretende ser uma ferramenta de apoio aos reguladores, que através dos resultados obtidos podem alinhar as suas diretrizes e orientações consoante a realidade encontrada.

Após o presente capítulo de introdução, segue-se o capítulo 2 onde será realizada uma revisão da literatura existente. Segue-se o capítulo 3, onde serão formuladas as hipóteses que se pretendem testar e depois o capítulo 4 com a descrição da metodologia, do método de investigação, da definição das variáveis e do modelo empírico. No quinto capítulo serão apresentados os resultados obtidos e interpretada a regressão efetuada, e por fim no capítulo 6 será apresentada a conclusão do estudo, bem como as suas limitações e possíveis investigações futuras.



## 2. Revisão da literatura

### 2.1. Abordagem conceptual do RI

O RI é definido pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) como um documento que comunica de forma concisa e integrada a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013). Segundo a Deloitte (2015), o processo de criação do RI, passa pela combinação de informação financeira e de sustentabilidade, que explique a visão global da organização e a sua forma de criação e manutenção de valor ao longo do tempo. Contrariamente a esta posição, Adams (2015) defende que o principal propósito do RI não é tratar questões de sustentabilidade, mas sim servir como uma ferramenta que encoraje as organizações a pensar em diferentes maneiras de atingir o sucesso e maximizar o lucro. A diversidade de definições do RI, foi constatada num estudo realizado por Stollowy e Paugam (2018), que identificou diferenças significativas na forma como as empresas do *DJSI World* divulgam o RI. Algumas das empresas analisadas combinam no seu RI, a informação financeira e a informação de sustentabilidade, que vai de encontro à posição defendida pela Deloitte. E, por outro lado, foram identificadas empresas que divulgam a informação financeira mais detalhada num relatório separado, focando o seu RI em temas como a estratégia, o modelo de negócio e a criação de valor.

Apesar das diversas definições e abordagens, existe um conceito universal na base do RI: o pensamento integrado. Para Churet e Eccles (2014), o RI encontra-se na ponta de um iceberg sendo que na sua base está o pensamento integrado. É o pensamento integrado que possibilita a criação de valor ao estabelecer ligações com todos os elementos de capital, nomeadamente, o financeiro, o humano, o social, o intelectual, o de produção e o natural (Morros, 2016). Dumay e Dai (2017) argumentam que este tipo de pensamento apresenta duas componentes essenciais. Uma delas engloba a estratégia, a governança, a performance e a visão futura da organização, tendo em consideração todas as relações entre os fatores que permitem criar valor no longo-prazo (WICI, 2013). A outra diz respeito à conexão que é necessária entre os departamentos que compõem uma organização, com o objetivo de se compreender as ligações e os processos entre eles e identificar possíveis mudanças estruturais que eliminem barreiras internas (Krzus, 2011). Apesar de estarmos perante um conceito inovador e emergente, a sua adoção é complexa uma vez que envolve um grande conhecimento do negócio e da forma como a organização se pretende posicionar no curto, médio e longo prazo (Dumay et al., 2016).

Segundo a literatura prévia, o aparecimento do RI ocorreu ao nível de três vertentes fundamentais. A primeira, a vertente organizacional, quando em 2002, a farmacêutica

dinamarquesa, Novozymes foi pioneira na apresentação do RI (De Villiers et al., 2017). A segunda, a vertente nacional, onde a África do Sul se tornou o primeiro país a exigir a divulgação do RI às empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesbourg (Cheng et al., 2014). O impulsionamento do RI na África do Sul foi uma resposta aos desafios sociais, políticos, ambientais e económicos na época pós-Apartheid e na sua base esteve o *King Report on Governance for South Africa* (King III) (Morros, 2016). Por último, a vertente internacional, quando em 2010, surgiu o IIRC, formado pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e o *Prince of Wales' Accounting for Sustainability Project* (A4S) devido à insatisfação com os reportes corporativos da altura (De Villiers et al., 2017).

O IIRC é constituído por inúmeras entidades, nomeadamente, reguladores, investidores, empresas, profissionais de contabilidade, Universidades e ONGs, que têm o objetivo de tornar o RI a forma de reporte corporativo das organizações a um nível global (Loprevite et al., 2018). Em 2013, o IIRC desenvolveu uma *framework* com um conjunto de sete princípios e oito elementos de conteúdo que pretendem ajudar as empresas na adoção do RI (Dumay & Dai, 2017). As *guidelines* são de carácter voluntário e o seu principal objetivo é melhorar e consolidar as práticas existentes que combinam informação financeira e não financeira, permitindo alcançar uma estrutura de relatórios que forneça as informações necessárias para as empresas enfrentarem os desafios do século XXI (IIRC, 2013). A *framework* do IIRC identifica três conceitos fundamentais: o processo de criação de valor, os elementos de capital e a criação de valor para a organização e *stakeholders* (Morros, 2016). Os elementos de capital incluídos no RI funcionam como os inputs da criação de valor de uma organização que mais tarde serão transformados em outputs através do modelo de negócio, adicionando valor a todos os *stakeholders* (Morros, 2016). Recentemente, o IIRC atualizou a *framework* com o objetivo de colmatar algumas falhas da versão anterior e, essencialmente, de promover o pensamento integrado nas empresas (Mokabane & Toit, 2022). É importante realçar que as *guidelines* do IIRC não pretendem criar um modelo pré-definido de RI para as empresas, mas sim dar-lhes orientação de como o podem fazer atendendo às suas necessidades.

Segundo o IIRC (2013), o RI apresenta inúmeras vantagens sendo as mais importantes: aumentar a qualidade da informação que é divulgada pelas empresas, proporcionar uma abordagem mais coesa e eficiente dos relatórios divulgados e melhorar a transparência e a tomada de decisão dos gestores. Para além disso, o RI fornece uma visão holística sobre a organização evidenciando as ligações existentes entre a performance financeira e não financeira, criando transparência e fomentando o *accountability* (Jensen & Berg, 2012).

A nova forma de comunicar veio para ficar e substituir os relatórios de sustentabilidade que poucas informações fornecem sobre a estratégia da organização. Com as práticas de RI, as organizações conseguem não só comunicar aos seus *stakeholders* as práticas de sustentabilidade adotadas, bem como, o impacto dessas práticas nos resultados (Armbester et al., 2011).

## **2.2. Internacionalização do RI**

A África do Sul foi o primeiro país a exigir a divulgação do RI às empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo. Depois do sucesso do King III, criado em 2010, foi criado o King IV em 2016, dando continuidade ao processo de proliferação do RI pelo país e aperfeiçoando o conceito de Pensamento Integrado (IoDSA, 2016). Adicionalmente, para incentivar e promover o aumento dos reportes na África do Sul, a Ernest & Young (EY) criou um prêmio que premeia as 100 melhores empresas listadas na bolsa de valores que apresentam os RI de maior qualidade (EY, 2016).

Também o IIRC tem realizado inúmeros esforços para que a elaboração do RI passe a ser obrigatória para empresas cotadas em bolsa no resto dos países espalhados pelo globo (Sierra-Garcia et al., 2015). Atualmente, mais de 1500 empresas em todo o mundo divulgam o RI voluntariamente e espera-se que este número continue a aumentar nos próximos tempos (Barth et al., 2017). Na China, o ministro das finanças mostrou-se solidário com o IIRC para a implementação do RI em empresas chinesas. Na Índia, o SEBI pediu às 500 maiores empresas listadas na bolsa de valores indiana que adotassem o RI. E nos Estados Unidos da América a SEC emitiu uma consulta pública onde questionou os investidores da importância do RI em detrimento dos relatórios financeiros e de sustentabilidade isolados (Barth et al., 2017). Para além dos países mencionados, também no Japão, no Brasil e no México se tem verificado um aumento do número de divulgações deste tipo de relato (KPMG, 2017).

Na Europa, o Conselho Europeu tem-se mostrado atento às novas práticas de reporte e prova disso é a Diretiva de 2014/95/EU que a partir de 2017, tornou obrigatória a divulgação de informação não financeira por empresas de interesse público com mais de 500 colaboradores, seja no formato de relatório de sustentabilidade ou de RI (Cupertino et al., 2021). A entrada em vigor desta norma veio aumentar a preocupação ambiental e a qualidade das políticas ESG seguidas pelas organizações (Matuszak & Rózanska, 2021). Segundo um estudo de Venturelli et al. (2019), a empresas italianas, concluiu-se que esta diretiva contribuiu para melhorar a qualidade da informação que é divulgada e para colmatar diversas falhas relacionadas com o reporte deste tipo de informação. Apesar da criação desta diretiva, alguns países já tinham começado a incentivar a divulgação de informação não financeira. Um exemplo disso é a

França, onde desde 2013 que as empresas cotadas na bolsa de valores são obrigadas a reportar informações de RSC no seu reporte anual, e ainda a certificar essas informações por auditores externos (Albertini, 2019) Num estudo realizado por Bochenek (2020) a empresas pertencentes a países da UE, ficou evidenciado que o RI é mais popular entre os países que aderiram à UE antes de 2004, bem como, naqueles em que o PIB per capita é superior. Também se concluiu, que para o período entre 2013 e 2017, existem apenas nove países onde o número de RI é superior à média da UE: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, Países Baixos e Reino Unido<sup>1</sup>.

Após uma consulta pública realizada em setembro de 2020, a IFRS Foundation verificou uma necessidade urgente de melhorar a consistência e comparabilidade do reporte de sustentabilidade (IFRS Foundation, 2020). Com este pensamento, foi criada uma *taskforce* incumbida de desenvolver as Normas Internacionais de Sustentabilidade – o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). O objetivo principal do ISSB é fornecer uma base global de reporte às empresas em matéria de sustentabilidade, que permita aos investidores e outros *stakeholders* uma tomada de decisão informada e eficiente (IFRS Foundation, 2021). No início de 2022, o ISSB desenvolveu o primeiro *draft* das Normas Internacionais de Sustentabilidade no qual identificou os objetivos, o âmbito, o conteúdo e as características do reporte (ISSB, 2022). Mais recentemente, a IFRS Foundation criou um grupo de consultoria – o *Integrated Reporting and Connectivity Council* (IRCC), que passou a integrar o IIRC e cujo objetivo é aconselhar e apoiar o IASB e o ISSB na integração dos conceitos e princípios emitidos pelos dois organismos (Deloitte, 2022). Espera-se que estes novos avanços melhorem o reporte e comparação de informação financeira e não financeira, e que sejam um complemento à *framework* do IIRC, cujas diretrizes nada referem acerca de matéria de sustentabilidade.

### 2.3. Teorias e RI

Na literatura existem diversas teorias e perspectivas que procuram explicar as razões que levam as organizações a divulgar informação financeira e não financeira, em particular através do RI. As mais utilizadas são: a teoria da agência (Girella et al., 2022; Vitolla et al., 2019), a teoria dos *stakeholders* (Vaz et al., 2016; Girella et al., 2019; Fuhrmann, 2019), a teoria da sinalização (Frias-Aceituno et al., 2014; Fiori et al., 2016; Girella et al., 2019), a teoria dos custos de propriedade (Girella et al., 2019; Fuhrmann, 2019), a teoria institucional (Frias-Aceituno et al.,

---

<sup>1</sup> À data do estudo pertencia à UE.

2013a; Jensen & Berg, 2012; Vaz et al., 2016), e a teoria da legitimidade (Lai et al., 2016; Velte & Stawinoga, 2017). Foi nestas teorias que diversos autores suportaram os seus estudos e que perceberam a sua influência na divulgação do RI.

A teoria da agência baseia-se na relação existente entre os gestores e acionistas, nomeadamente na separação entre controlo e propriedade da empresa. Segundo Berle e Means (1932), gestores e acionistas apresentam interesses e visões distintas, situação que pode resultar em avultados custos de agência. Com o intuito de diminuir estes custos, as organizações optam por divulgar o RI como uma medida de reduzir a informação assimétrica e diminuir a separação existente entre a administração e os gestores (Vitolla et al., 2019).

A teoria dos *stakeholders* defende que para uma organização sobreviver num ambiente económico complexo necessita de fortalecer as relações com os seus *stakeholders* de forma a perceber as suas necessidades e a promover uma relação transparente e imparcial (Freeman et al., 2004). Uma forma de fortalecer essas relações é ao divulgar o RI, demonstrando aos *stakeholders* que a organização está a atingir as suas expectativas, tanto ao nível de sustentabilidade como financeiro (Vaz et al., 2016).

A teoria da sinalização está diretamente relacionada com os resultados positivos das organizações e com a necessidade de estas divulgarem informação voluntária quando atingem melhores resultados do que a concorrência (Hughes, 1986). Segundo a teoria da sinalização, existe um grande esforço da parte dos gestores para tomarem boas decisões para a organização com o objetivo de maximizarem os seus resultados e aumentar a sua credibilidade entre os investidores ao divulgarem mais informação (Zijl et al., 2017). Uma das formas de atingir a credibilidade, é através da divulgação do RI que permite incluir informações sociais e ambientais relevantes para a criação de valor entre os *stakeholders* (Zijl et al., 2017).

A teoria dos custos de propriedade remete para os custos suportados pelas empresas na divulgação do RI, que por vezes podem ser demasiado elevados e não compensar o retorno que a empresa obtém (Verrecchia, 1983). Os custos não são apenas os suportados com a elaboração deste tipo de relato, mas também aqueles incorridos quando os concorrentes usam a informação divulgada para obter uma vantagem competitiva. Assim, a divulgação voluntária só ocorre se a organização sair beneficiada, ou seja, se não ameaçar o valor desta e se houver um incentivo para novos investimentos (Sriani & Agustia, 2020).

A teoria institucional sugere que as organizações devem ajustar os seus reportes às características do país em que se encontram (Baldini et al., 2018). Os contornos do RI divulgado dependem dos valores, normas e regras da sociedade em que a empresa está inserida (Velte & Stawinoga, 2017). Na literatura, a maioria dos autores utiliza o conceito de isomorfismo

institucional como base desta teoria, que segundo Hawley (1968) é o processo da organização adotar medidas e operações idênticas a outras organizações presentes no mesmo meio e sob o mesmo conjunto de condições. DiMaggio e Powell (1983) identificam três tipos de mecanismos de isomorfismo: o coercivo, o mimético e o normativo. O isomorfismo coercivo assenta na pressão feita pelas instituições sobre as organizações obrigando-as a adaptar as suas ações consoante o que está estipulado. O isomorfismo mimético ocorre quando as organizações adotam comportamentos semelhantes ao de outras organizações que consideram ser um exemplo a seguir, no caso do RI, espera-se que organizações da mesma indústria ou país adotem o mesmo tipo de relato. Por último, o isomorfismo normativo diz respeito às normas e valores que não são obrigatórios, mas que a organização considera essenciais para atingir os seus objetivos, como a divulgação de RI, que não é obrigatória, mas as organizações acreditam ser a melhor forma de comunicar com os *stakeholders* (Vaz et al., 2016).

Por fim, a teoria da legitimidade, guiada pela vertente político-social, assume uma motivação reativa indo ao encontro das expectativas que a sociedade tem da organização, naquele que é o dever desta em matéria de sustentabilidade (Guthrie & Parker, 2012). Segundo a teoria da legitimidade, o foco está na sociedade e a forma como esta vê a organização, motivando os órgãos de gestão a divulgar um RI que permita às pessoas perceber que a empresa opera dentro daquilo que é expectável (Cho et al., 2012).

### **3. Desenvolvimento das hipóteses**

Com base nas teorias mencionadas e em pesquisas empíricas anteriores sobre as práticas de divulgação, desenvolveram-se um conjunto de hipóteses que relacionam as características das empresas e dos países à adoção do RI. Na tabela 3.1. é apresentado um resumo dos principais estudos efetuados sobre os determinantes para a divulgação do RI.

Tabela 3.1 - Estudos de determinantes da divulgação de RI ao nível de empresas e países

<b>Autores</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Amostra</b>	<b>Período</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Teoria</b>
<b>Jensen e Berg (2012)</b>	Analisar as semelhanças e diferenças entre as empresas que divulgam RI e aquelas que divulgam relatórios tradicionais	204 empresas que adotam RI e 105 que adotam os relatórios tradicionais	2009	<i>Two-tailed</i> : testes não paramétricos	Teoria Institucional
<b>García-Sánchez et al. (2013)</b>	Examinar a influência da cultura nacional na divulgação do RI	1590 empresas de 20 países	2008-2010	Modelo de regressão logística	Teoria dos <i>stakeholders</i>
<b>Frias-Aceituno et al. (2013b)</b>	Demonstrar a influencia de certas características do CA no grau de integração da informação	568 empresas internacionais não financeiras de 15 países	2008-2010	Modelo econométrico	Teoria dos <i>stakeholders</i>
<b>Vaz et al. (2016)</b>	Examinar a influência das características das empresas e dos países na divulgação do RI	1449 empresas listadas na base de dados do GRI	2012	Modelo de regressão logística	Teoria dos <i>stakeholders</i> e institucional
<b>Alfiero et al. (2017)</b>	Analisar a relação entre o <i>corporate governance</i> e a adoção do RI	1047 empresas internacionais	2015	Modelo de regressão logística	Teoria da dependência de recursos e massa crítica
<b>Girella et al. (2019)</b>	Examinar a influência das características das empresas e dos países na divulgação do RI	71 empresas que adotam RI segundo a <i>framework</i> do IIRC e 278 que não adotam	2016	Modelo de regressão logística	Teoria da agência, dos <i>stakeholders</i> , institucional e dos custos de propriedade
<b>Bochenek (2020)</b>	Analisar a relação entre o número de RI divulgados e a riqueza do país	Empresas pertencentes a países da UE	2013-2017	Método do coeficiente de correlação de Spearman	-
<b>Girella et al. (2022)</b>	Analisar a influência de características do CA na divulgação do RI e dos relatórios de sustentabilidade	2104 empresas do Eurostoxx 600	2015-2018	Modelo de regressão logística multinominal	Teoria da agência e Teoria dos <i>stakeholders</i>
<b>Qaderi et al. (2022)</b>	Investigar o impacto das características do CA na adoção e qualidade do RI	374 observações de empresas da bolsa de valores da Malásia	2017-2020	Modelo de regressão <i>ordinary least squares</i>	Teoria da agência e teoria da dependência de recursos

Fonte: Elaboração própria

### 3.1. Determinantes das empresas

Com a crescente globalização e liberalização dos mercados financeiros e com os escândalos de *Corporate Governance* que têm vindo a público nos últimos tempos, o CA tem assumido um papel cada vez mais importante no seio de uma organização (Ingley & Van Der Walt, 2005). O CA é descrito como um mecanismo de controlo e de monitorização (Faleye et al., 2011). Na esfera do controlo, o CA ajuda e guia os gestores com decisões estratégicas importantes, enquanto na função de monitorização assume um papel fundamental na mitigação de problemas de agência entre gestores e investidores (Faleye et al., 2011).

Adicionalmente, o CA é responsável por salvaguardar os interesses da organização e dos *stakeholders*, reduzindo e prevenindo qualquer tipo de comportamento que coloque em causa a integridade da organização (Richardson & Welker, 2001). O sucesso de uma organização depende da aptidão do CA para garantir um crescimento sustentável da mesma no longo-prazo, garantindo a existência de recursos e mecanismos de controlo que permitam a manutenção das atividades da organização, bem como, a redução do risco (Financial Reporting Council, 2018). O envolvimento do CA na formulação da estratégia é benéfico para as organizações visto que os elementos do Conselho apresentam uma visão global de todo o ambiente empresarial, que lhes permite adquirir e filtrar informação para desenvolver a melhor estratégia (Federo & Sal-Carranza, 2018).

O CA é visto como um dos mecanismos principais de *Corporate Governance* e tem um grande impacto no tipo de informação que é divulgada (Falatifah & Hermawan, 2021). A forma que as organizações usam para comunicar com o exterior, é vista como o resultado de um conjunto de comportamentos e *mindsets* adquiridos pelos seus administradores (Girella et al., 2022). Com a expansão dos reportes voluntários pelas empresas, nomeadamente o RI, tem-se verificado uma crescente preocupação com os determinantes de governança que influenciam a decisão de adotar os novos reportes (Girella et al., 2022). Existe na literatura uma corrente de pensamento que defende a existência de uma ligação complementar entre as características do CA e os mecanismos de *governance* (Alfiero et al., 2017). Segundo a corrente de pensamento, quanto mais efetivos forem os mecanismos, melhor será o controlo interno da organização e por sua vez, mais informação será divulgada com o objetivo de reduzir a informação assimétrica e comportamentos oportunistas (Alfiero et al., 2017). Posto isto, o RI surge como uma das melhores formas que o CA tem para chegar aos investidores e outros *stakeholders*. Através da inclusão de informação não financeira, que aumenta a transparência e acessibilidade, os seus utilizadores ficam com uma ideia da estratégia de longo-prazo e das práticas de sustentabilidade adotadas pela organização (Nishitani et al., 2021).

De acordo com a teoria da agência, um CA bem estruturado e eficiente é fundamental para a adoção do RI (Muttakin et al., 2015). Pelo facto de este órgão estar na base da tomada de decisão, as características dos seus membros assumem um impacto relevante na quantidade e qualidade de informação que é divulgada (Songini et al., 2021). Por essa razão, é importante perceber as características do CA que influenciam a divulgação do RI.

No contexto internacional, o *International Corporate Governance Network* (ICGN) recomendou a adoção do RI nos seus princípios elaborados em 2021 (ICGN, 2021). E para além disso, o *Institut Français des Administrateurs* (IFA) preparou um documento com recomendações para os administradores adotarem aquando da elaboração deste reporte. As mais relevantes passam pela participação ativa no pensamento integrado e na articulação de ideias com os gestores (IFA, 2017).

Na literatura existem diversos estudos que analisam as características do CA e a sua influência na divulgação do RI. Algumas das características mais abordadas são a percentagem de membros independentes no CA, a percentagem de mulheres, o número de reuniões realizadas anualmente e a dimensão deste órgão. Um dos estudos mais importantes é o de Frias-Aceituno et al. (2013b), onde se avaliou a influência do CA na divulgação do RI em 568 empresas de diversos países, durante os períodos de 2008 a 2010. As conclusões retiradas foram que a dimensão e a diversidade de género do CA influenciam positivamente a divulgação do RI, contudo, as restantes variáveis: atividade do CA (medida através da frequência de reuniões) e a independência dos seus membros, mostraram não ter influência na divulgação do RI. Num estudo idêntico, mas onde se analisou a qualidade do RI, Vitolla et al. (2019), utilizaram as mesmas variáveis, numa amostra de 134 empresas de diversos países, e concluíram que todas as variáveis analisadas – dimensão, diversidade, atividade e independência do CA – têm um impacto positivo na qualidade do RI divulgado. O estudo de Vitolla et al. (2019) teve por base a teoria da agência, que corrobora a ideia de que um CA de maior dimensão, com uma maior diversidade de género, com um maior número de reuniões anuais e com um maior número de membros independentes consegue um maior controlo sobre o que é divulgado, diminuindo a existência de informação assimétrica e dos custos de agência. Alfiero et al. (2017) no seu estudo, incluíram uma variável importante relacionada com a governança numa empresa – a idade dos membros do CA – concluindo que esta apresenta uma relação negativa com a divulgação do RI, ou seja, um CA com membros mais velhos tem menos propensão para divulgar este tipo de relato. Por fim, num estudo realizado por Girella et al. (2022) foram analisadas as características do CA, em empresas cotadas de países europeus, que influenciam a adoção do RI, do relatório de sustentabilidade ou de ambos. As conclusões do estudo relevam

que a dimensão do CA e a existência de membros independentes influenciam positivamente a divulgação destes tipos de relato, enquanto a atividade do CA não apresentou qualquer tipo de influência na sua divulgação.

De seguida, são desenvolvidas um conjunto de hipóteses de investigação que pretendem analisar a influência do CA na divulgação do RI.

#### *Diversidade de género no Conselho de Administração*

Segundo a literatura, a diversidade de género do CA é uma das questões cruciais no bom desempenho do governo das sociedades (Prado-Lorenzo & García-Sánchez, 2010). Diversos autores consideram que as mulheres depositam mais esforço nas suas tarefas comparado com os homens, o que permite criar um processo de tomada de decisão mais completo e favorável (Dang & Nguyen, 2018). Para Adams e Ferreira (2008) conselhos com uma maior diversidade de género apresentam uma maior taxa de assiduidade em reuniões deste órgão e são mais eficazes, e Miller e Triana (2009) acrescentam ainda que esta diversidade permite às empresas conhecer melhor o ambiente e as necessidades do mercado, cada vez mais competitivo.

Diversos autores argumentam que a presença de mulheres no CA permite influenciar o comportamento da organização uma vez que estas tendem a incutir no ambiente empresarial as suas características de mãe e esposa (Betz et al., 1989) diferindo dos critérios e comportamentos adotados pelos homens. As características mencionadas fornecem uma maior transparência à organização especialmente no que toca a questões de sustentabilidade (Barako & Brown, 2008; Prado-Lorenzo & García-Sánchez, 2010). Em termos de reporte destas questões, Rao et al. (2012), Liao et al. (2015), Baalouch et al. (2019), Tingbani et al. (2020) e Raimo et al. (2022), comprovaram que as organizações com uma maior percentagem de mulheres no CA tendem a publicar um maior volume de informação de sustentabilidade no seu RI, enquanto, Prado-Lorenzo e García-Sánchez (2010) e Trireksani e Djajadikerta (2016) não identificaram um impacto significativo.

Relativamente à qualidade do RI, Vitolla et al. (2019), Marrone (2020), Gerwanski et al. (2019) e Kiliç e Kuzey (2018a) comprovaram que existe uma relação positiva entre a presença de mulheres no CA e a qualidade do RI que é divulgado. Em termos de adoção deste tipo de relato, os estudos de Alfiero et al. (2017), Frias-Aceituno et al. (2013b), Fiori et al. (2016) revelaram uma relação positiva entre a presença de mulheres no CA e a divulgação do RI.

De acordo com os resultados encontrados nos estudos anteriores, espera-se que a presença de mulheres no CA tenha uma influência positiva na divulgação do RI.

- H1: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a diversidade de género do CA e a divulgação do Relato Integrado.

#### *Independência dos membros do CA*

Segundo Fama e Jensen (1983), a presença de membros independentes no CA permite aliviar os custos de agência, bem como, aumentar o nível de transparência da informação que é divulgada. Também a presença destes membros leva a que os níveis de controlo e monitorização sejam superiores, permitindo a redução da informação assimétrica e melhorar a reputação da organização (Htay et al., 2012).

De acordo com Kassinis e Vafeas (2002), os membros internos do CA (dependentes) estão mais focados na performance financeira da organização no curto-prazo e não tanto com os problemas ambientais e o seu reporte. Se numa organização não existirem membros independentes, a probabilidade de existirem problemas de abuso de poder aumenta drasticamente, prejudicando o bom funcionamento da organização (Barnea & Rubin, 2010). Por outro lado, a existência destes membros traz novas e importantes qualificações, bem como, outro tipo de experiência que influencia as decisões tomadas pelo Conselho e que permitem adicionar valor à organização (Fields & Keys, 2003).

Tendo em conta o exposto, é expectável que os membros independentes do CA promovam a integração da informação que é divulgada, como um mecanismo de controlo e de garantia de *accountability* (Prado-Lorenzo & García-Sánchez, 2010). Os estudos de Cheng e Courtenay (2006) e Lim et al. (2007) comprovam esse aspeto ao constatarem uma relação positiva entre a independência do CA e o nível de informação divulgada. Também Girella et al. (2022) encontraram uma relação positiva entre estas duas características num estudo realizado a empresas da UE, enquanto Frias-Aceituno et al. (2013b), Fiori et al. (2016), Girella et al. (2019), Busco et al. (2019) e Velte e Gerwanski (2020) não identificaram qualquer tipo de relação.

Por tudo isto, espera-se que a presença de membros independentes no CA tenha uma influência positiva na divulgação do RI e como tal, define-se a seguinte hipótese de investigação:

- H2: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a independência dos membros do CA e a divulgação do RI.

#### *Dimensão do Conselho de Administração*

Segundo Gandía (2008), ao aumentar o número de administradores de uma organização aumenta também a capacidade do Conselho de monitorizar e controlar a gestão da organização,

melhorando a transparência e a quantidade de informação que é divulgada. Adams et al. (2005) argumentam que a um maior número de administradores está associado um maior número de opiniões e experiências diversas que contribui para melhorar as capacidades de controlo e políticas de divulgação. Também Cheng e Courtenay (2006) sugerem que maiores conselhos estão associados a níveis superiores de divulgação de informação. Vários estudos comprovaram ainda, que maiores Conselhos permitem reduzir a informação assimétrica e aumentar a informação que é divulgada pela organização (Akhteruddin et al., 2009; Said et al., 2009).

Por outro lado, existe quem defenda que em Conselhos de Administração maiores e mais complexos aumenta a probabilidade de ocorrerem problemas de agência e diminui a eficácia da monitorização dos processos (Andrés et al., 2005).

Na literatura, nos estudos desenvolvidos, existe um claro consenso entre os autores relativamente ao impacto da dimensão do CA na divulgação do RI. Segundo os estudos de Girella et al. (2019), Frias-Aceituno et al. (2013b), Akhtaruddin et al. (2009), Dalton et al. (1999), Larmou e Vafeas (2010) e Izzo e Fiori (2016) existe uma relação positiva entre a dimensão do CA e a divulgação do RI, ou seja, quantos mais administradores houver maior será a probabilidade de a organização divulgar este tipo de relato. Por sua vez Kiliç et al. (2015), Alfiero et al. (2017) e Omran et al. (2021), não identificaram qualquer tipo de relação entre estas duas características.

Posto isto, espera-se que quanto maior for o número de administradores que compõem o CA maior será a probabilidade de a organização divulgar o RI e por isso, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

- H3: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a dimensão do CA e a divulgação do Relato Integrado.

#### *Atividade do CA*

Um Conselho que realize reuniões com mais frequência possibilita a melhoria na comunicação entre os Administradores e na eficiência da organização (Qaderi et al., 2022). Também Lipton e Lorsch (1992) argumentam que um Conselho mais ativo é mais efetivo, uma vez que permite uma melhor supervisão das atividades realizadas e impulsiona a divulgação de informação para manter os *stakeholders* informados, que vai de encontro ao que Xie et al. (2003) defendem, de conselhos mais ativos diminuir a possibilidade de existirem manipulações de resultados. O aumento da supervisão do Conselho permite reduzir a informação assimétrica e ainda melhorar a qualidade das divulgações (Chou et al., 2013). Muitas vezes quando o número de reuniões é reduzido podem existir falhas de comunicação entre os Administradores que se tornam

relutantes à divulgação de informação se a performance da organização não for a esperada (Adams & Ferreira, 2012).

Numa outra corrente de pensamento, existe na literatura quem defenda que o elevado número de reuniões do CA não seja benéfico para a organização. Vafeas (1999) argumenta que a frequência de reuniões pode ser um sinal da não eficácia do CA ou do uso excessivo das suas funções que afeta a performance da organização.

Realizando uma análise aos estudos existentes na literatura, Frias-Aceituno et al. (2013b) e Qaderi et al. (2022) comprovaram que com o aumento da frequência de reuniões do CA, as práticas de RI também aumentaram e foram melhoradas, possibilitando um maior controlo sobre os processos e operações da organização. Por outro lado, Halid et al. (2021) não encontraram uma relação significativa entre as duas características.

Tendo em conta o exposto e de forma a contribuir para a discussão sobre o tema, foi definida a seguinte hipótese de investigação:

- H4: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a atividade do CA e a divulgação do Relato Integrado.

### 3.2. Determinantes do país

Para desenvolver as hipóteses de investigação relacionadas com os aspetos que caracterizam os países analisados nesta dissertação, utilizou-se como base, o trabalho realizado por Hofstede, que criou um conjunto de dimensões que procuram distinguir os países consoante as diferenças culturais verificadas entre eles. No passado, já foram realizados estudos em que as variáveis de Hofstede foram usadas para analisar as diferenças entre países, no entanto, relativamente, à adoção do RI, a literatura ainda é escassa (García-Sánchez et al., 2013; Vaz et al., 2016; Girella et al., 2019).

Existem inúmeras definições para “cultura”, no entanto, Hofstede define este termo como *“the collective programming of the mind which distinguishes the members of one human group from another”* (Hofstede, 1984, p. 21), ou seja, a cultura de um determinado grupo de pessoas é um conjunto de aspetos coletivos e programados na mente de cada pessoa que permitem distinguir um grupo de outro. Para Hofstede, a cultura é um fenómeno que apresenta diferentes níveis sendo que na sua base se encontram os valores transmitidos, naturalmente, pelo ambiente onde cada pessoa cresce e se desenvolve. Para além destes, existem mais três níveis, os rituais, os heróis e os símbolos, que envolvem os valores e que assentam nas práticas do dia a dia de um grupo (Figura 9.1. do Anexo A) (Hofstede Insights, 2021).

Atualmente, é improvável um ser humano não entrar em contacto com a cultura, uma vez que desde o momento que nasce fica logo sujeito a um conjunto de valores, regras, normas e instituições que regulam e moldam os comportamentos do grupo em que está inserido (Hofstede, 2015).

O principal trabalho realizado por Hofstede começou nos anos 60 quando realizou um questionário a mais de 100.000 colaboradores da IBM espalhados por diversos países do globo, onde analisou inúmeras diferenças culturais entre os participantes (Nickerson, 2022). Neste questionário, Hofstede identificou quatro dimensões culturais: distância ao poder, individualismo versus coletivismo, masculinidade versus feminismo e a tendência para evitar a incerteza. Para além destas, surgiram mais tarde a orientação para o longo prazo versus curto prazo e a indulgência versus restrição.

Na literatura os estudos mais relevantes que analisaram as dimensões de Hofstede e o RI foram o de Girella et al. (2019) e o de Vaz et al. (2016). No primeiro procedeu-se à análise dos fatores que levam as empresas à divulgação do RI e para isso, analisou-se uma amostra de 379 empresas de todo o Mundo, onde os fatores foram divididos em dois tipos: características da empresa e características do país. Através de um modelo de regressão logística, os autores concluíram que ao nível da empresa, a sua dimensão, rentabilidade, o rácio entre o valor de

mercado e o valor contabilístico e a dimensão do CA contribuem de forma positiva para a divulgação voluntária do RI. Ao nível do país, os fatores que originaram a mesma conclusão foram o índice de perceção da corrupção e a classificação de risco e ao nível das dimensões de Hofstede foram o coletivismo, o feminismo e a orientação de longo-prazo. O estudo de Girella et al. (2019) foi útil e inovador para compreender melhor o tema do RI, uma vez que combinou diferentes tipos de variáveis e abordou fatores pouco abordados, como as dimensões de Hofstede e o índice de perceção de corrupção. No estudo de Vaz et al. (2016) analisou-se uma amostra de 1449 empresas da base de dados da *Global Reporting Initiative* (GRI) e o objetivo foi o mesmo do estudo anterior: analisar as características do país e da empresa que incentivam a divulgação do RI. No que toca às dimensões de Hofstede analisadas, o coletivismo e o feminismo, apenas a primeira se demonstrou significativa e com uma relação positiva com a divulgação do RI. As restantes características dos países, nomeadamente, o sistema legal, o desenvolvimento económico, a proteção do investidor e a indústria, não se mostraram significantes. Já nas características das empresas analisadas, nomeadamente, a dimensão da empresa, ser cotada ou não, e a auditoria da informação de sustentabilidade, nenhuma se mostrou significativa para o estudo.

Nesta dissertação o foco será apenas em três dimensões Hofstede por terem sido consideradas as mais relevantes e pertinentes para o estudo, e com base em literatura do passado são aquelas que se esperam ter uma maior influência na divulgação do RI.

### *Coletivismo*

O coletivismo é uma variável que mede o grau de integração dos indivíduos de uma sociedade dentro de um grupo, ou seja, numa sociedade coletivista as pessoas pensam como as suas ações podem impactar os outros, enquanto, numa sociedade individualista as pessoas focam-se mais no “Eu” e no seu direito à privacidade (Hofstede, 2011). Da lista de países analisados no presente estudo, Portugal e Eslovénia, são aqueles que apresentam o nível de coletivismo mais elevado (73 numa escala de 0 a 100) segundo Hofstede (2015) (Anexo B).

O sentimento de preocupação pelo outro e de pertença a um grupo, característicos de uma sociedade coletivista, leva a que a disponibilidade de informação sobre determinados temas seja privilegiada, com o objetivo de aumentar a transparência e contribuir para a harmonia do grupo (García-Sánchez et al., 2013). Por exemplo, em aspetos relacionados com a informação de sustentabilidade, García-Sánchez et al. (2016) verificaram que as empresas localizadas em países coletivistas tendem a divulgar as suas práticas de sustentabilidade de uma forma concisa e acessível de forma que sejam facilmente compreendidas pelos *stakeholders*. Segundo Khlif

et al. (2015) os gestores neste tipo de países tendem a empregar mais recursos e esforço nas atividades de sustentabilidade da empresa.

Também a divulgação do RI espera-se que seja influenciada pelo índice de coletivismo do país em que a empresa está localizada. García-Sánchez et al. (2013) realizaram um estudo onde analisaram o impacto desta dimensão na divulgação do RI, tendo encontrado uma relação positiva entre as duas variáveis, ou seja, uma empresa localizada neste tipo de país apresenta uma maior probabilidade de divulgar um RI. Também Girella et al. (2019) e Vaz et al. (2016) obtiveram o mesmo resultado concluindo que nestes países os indivíduos não procuram apenas aumentar a sua qualidade de vida, mas também a da sociedade em que estão inseridos.

Com base nos estudos mencionados, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

- H5: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o índice de coletivismo de um país e a divulgação do RI.

### *Feminismo*

O feminismo é uma variável que se caracteriza pelo grau de feminismo existente num país. Neste tipo de país ou sociedade o papel dos homens e mulheres é idêntico, ou seja, a distinção entre os dois géneros é mínima. Enquanto numa sociedade feminista os homens e mulheres devem ser mais atenciosos e modestos, nas sociedades masculinas os homens caracterizam-se por ser assertivos e ambiciosos e as mulheres tendem a sê-lo, mas com menos frequência (Hofstede, 2011). Uma das características que permite também, distinguir estes dois tipos de países é que nos mais feministas existe uma maior preocupação pelo balanço existente entre família e trabalho enquanto nos países menos feministas o trabalho sobrepõe-se à família (Hofstede, 2011). Da lista de países analisados no presente estudo, a Suécia e os Países Baixos, são aqueles que apresentam o nível de feminismo mais elevado (95 e 86, respetivamente, numa escala de 0 a 100) segundo Hofstede (2015) (Anexo B).

Em países com elevado grau de masculinidade, as empresas tendem a focar-se essencialmente na obtenção de lucros em detrimento da qualidade de vida da sociedade (Christie et al., 2003) e, portanto, o tempo e os custos despendidos na divulgação de um RI vão diminuir, com o objetivo de poupar recursos da empresa e permitir que esta consiga aumentar os lucros. A divulgação da informação não financeira, presente no RI, é mais evidente em países com um maior grau de feminismo onde os fatores sociais se sobrepõem aos financeiros (Van der Laan et al., 2005).

À semelhança da dimensão do coletivismo de Hofstede, García-Sánchez et al. (2013) mostraram que o grau de feminismo de um país tem relevância e aumenta a probabilidade de

divulgação do RI por parte das empresas desse país. Os resultados foram mais tarde comprovados por Girella et al. (2019). Por outro lado, Vaz et al. (2016) não encontraram qualquer tipo de relação entre as duas variáveis.

Com base nos estudos mencionados, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

- H6: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o índice de feminismo de um país e a divulgação do RI.

#### *Orientação para o longo-prazo*

A orientação para o longo prazo traduz-se no foco e nos esforços que os indivíduos de um país colocam em acontecimentos futuros (Gallén & Peraita, 2018). Esta variável foi descoberta mais tarde e resultou de um trabalho realizado por Michael Harris Bond que foi, posteriormente, adaptado por Hofstede, que adicionou esta nova dimensão às existentes e a tornou na primeira relacionada com o crescimento económico dos países (Hofstede & Bond, 1988). A esta nova dimensão, Hofstede designou de curto prazo versus longo prazo. No extremo do curto prazo estão países onde os eventos mais importantes ocorreram no passado ou estão a ocorrer agora, enquanto no extremo oposto, espera-se que esses eventos ocorram no futuro (Hofstede, 2011). Outro aspeto distinto entre os dois extremos, é que na orientação de curto prazo as pessoas privilegiam a estabilidade, ao contrário, do longo prazo onde as pessoas adaptam-se às novas circunstâncias a que estão sujeitas (Hofstede, 2011). Da lista de países analisados no presente estudo, a Alemanha e a Bélgica, são aqueles que apresentam o nível de orientação de longo-prazo mais elevado (83 e 82, respetivamente, numa escala de 0 a 100) segundo Hofstede (2015) (Anexo B).

As empresas situadas em países com uma forte orientação para o longo prazo, tendem a desenvolver práticas ligadas ao impacto social e ambiental devido à pressão exercida pelos *stakeholders* nestes países, que querem ver o sucesso da empresa a longo prazo e não apenas bons resultados atingidos de forma rápida e desmedida (Miska et al., 2018). Os estudos de Miska et al. (2018) e Khlif et al. (2015) comprovaram isso mesmo, evidenciando a existência de um impacto positivo do grau de orientação para o longo-prazo nas práticas de sustentabilidade.

Naturalmente que o RI surge como uma ferramenta associada à orientação para o longo prazo, uma vez que permite perceber como a empresa pretende criar valor no curto, médio e longo prazo (Girella et al., 2019). Nos estudos realizados que procuraram conhecer a relação entre a orientação para o longo prazo e a divulgação do RI, os resultados são distintos. García-Sánchez et al. (2013) não encontraram qualquer tipo de relação entre as duas variáveis,

enquanto mais tarde, Girella et al. (2019) encontraram uma relação positiva e significativa entre ambas, que pode advir da necessidade que os gestores têm de olhar para o futuro garantindo o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Com base nos estudos mencionados, formula-se a seguinte hipótese de investigação:

- H7: Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a orientação para o longo prazo de um país e a divulgação do RI.



## **4. Metodologia**

### **4.1. Tipo de investigação e objetivo do estudo**

A investigação científica e académica centra-se, essencialmente, em duas dimensões: a ontológica e a epistemológica. A dimensão ontológica está associada às crenças humanas que envolvem o mundo social enquanto a dimensão epistemológica está associada à procura constante de conhecimento e à maneira como é adquirido esse conhecimento (Lopes, 2015). Sekaran e Bougie (2013) definiram quatro abordagens de investigação baseadas nas duas dimensões anteriores: a positivista, a construtivista, a crítica e a pragmática. A abordagem positivista é aquela que opera numa relação de causa-efeito onde impera a objetividade e onde os investigadores procuram que o seu estudo seja replicável e generalizável. Na abordagem construtivista, não existe uma verdade absoluta e objetiva, os investigadores procuram perceber como as pessoas moldam a sua visão acerca do Mundo através do seu relacionamento com outras pessoas. Neste tipo de abordagem a metodologia utilizada é qualitativa. A abordagem crítica defende que qualquer realidade não pode ser analisada como uma verdade objetiva, mas sim, interpretada tendo em conta cada situação. Por último, na abordagem pragmática não existe nenhuma posição definida sobre o que faz uma boa investigação, e as vertentes objetivas e subjetivas assumem igual importância.

Tendo em conta o descrito acima, a abordagem utilizada neste estudo é a positivista, pois será utilizado um modelo matemático com o objetivo de analisar as hipóteses definidas, adotando para esse objetivo uma metodologia quantitativa.

O objetivo do presente estudo é analisar os determinantes das empresas e os determinantes dos países que têm influência na divulgação do RI. O foco das características das empresas será no seu CA, enquanto na vertente dos países o foco será nas dimensões culturais propostas por Hofstede. Os períodos analisados compreendem os anos de 2017 a 2020, sendo que cada empresa é apenas analisada uma vez tendo em conta o ano mais recente do qual foi possível obter informação.

### **4.2. Base de dados e amostra**

A amostra utilizada tem origem na base de dados *Thomson Reuters Eikon* de onde foram retirados os dados das variáveis de governança deste estudo e das variáveis de controlo, e no site de Geert Hofstede (Anexo B), de onde se retiraram os dados relativos aos países analisados. Para além destas, recorreu-se à base de dados da *Corporate Register*, que contém mais de 150 mil reportes de empresas de todo o Mundo, para recolher informação acerca da variável

dependente utilizada no estudo. Apesar desta base de dados ser atualizada constantemente, não contém informações para todas as empresas do estudo e por isso, com o objetivo de colmatar algumas falhas, recorreu-se aos sites das próprias empresas, onde se verificou se estas divulgam, ou não, um RI.

Na seleção da amostra foram utilizados alguns parâmetros que permitiram atingir uma amostra mais coesa e comparável. Depois de se eliminarem todas as empresas que foram à falência durante os anos 2017 a 2020, mas que mesmo assim a base de dados forneceu os dados, procedeu-se à aplicação de alguns critérios.

À semelhança de Girella et al. (2019) e Hichri (2020), optou-se por excluir empresas do setor financeiro e segurador, por apresentarem diferenças significativas na estrutura corporativa, bem como, na estrutura de endividamento. Tendo em conta que no presente estudo foi utilizado o *SIC Code* para caracterizar os setores de atividade, eliminou-se da análise o *SIC Code* 60-69, que é constituído por empresas destes dois setores.

Adicionalmente, aquando da extração da informação da base de dados da *Eikon* verificou-se que algumas empresas não continham dados para determinadas variáveis, acabando por se eliminar as empresas cuja informação não estava completa. Também ao nível do RI, depois de se analisar a base de dados *Corporate Register* e os sites das empresas, não foi possível verificar para algumas, se publicam ou não RI, por indisponibilidade de dados ou porque o site da empresa não estava atualizado.

No final, a amostra analisada neste estudo é constituída por 737 empresas de um total de 19 países da UE. O país com o maior número de observações é a Suécia com um total de 202 empresas analisadas seguida da Alemanha com 198 observações. Em termos de horizonte temporal, no ano de 2017 houve um total de duas observações, 13 em 2018, 49 em 2019 e 673 em 2020. Esta discrepância nos anos analisados, é explicada pelo facto de se privilegiar os anos mais recentes para a análise e por cada empresa ser analisada apenas uma vez. Assim, quando uma empresa apresenta dados disponíveis para análise nos anos de 2020 e 2019, o ano analisado é o de 2020 por ser o mais recente.

### **4.3. Variável dependente**

A variável dependente utilizada no presente estudo representa a escolha de a empresa optar ou não, por divulgar o RI. Esta variável é uma variável *dummy* que apresenta uma natureza dicotómica, ou seja, pode assumir apenas dois valores: 1, no caso de a empresa divulgar RI e 0 em caso contrário. Esta variável já foi utilizada em diversos estudos, anteriormente enunciados, como é o caso de Girella et al. (2019) e de Alfiero et al. (2017). A diferença destes estudos para

o que está a ser realizado nesta investigação, é que o foco dos anteriores foi, essencialmente, nas empresas que seguem as diretrizes do IIRC na elaboração do seu RI e que fazem parte da base de dados deste organismo, tornando-os mais específicos e focados apenas numa realidade. Porém, é importante clarificar que o RI já existia antes do IIRC e por essa razão torna-se necessário perceber a realidade de todas as organizações e não apenas daquelas que seguem as diretrizes do organismo.

Ao analisar-se manualmente a variável dependente, percebeu-se que muitas das empresas não fazem referência ao IIRC (um dos requisitos presentes na *framework* emitida por este organismo) no entanto, percebe-se facilmente que o RI divulgado por estas, é influenciado e tem algumas características da *framework*. A presença de capítulos relacionados com a governança, o modelo de negócio e os riscos e oportunidades são algumas dessas características.

Importa salientar que nesta análise a confirmação de que uma empresa divulga RI não se limita ao facto de estas apresentarem apenas um capítulo de sustentabilidade, mas sim quando são apresentadas outras informações não financeiras como a governança ou os riscos e oportunidades. Adicionalmente, ao analisarem-se os reportes divulgados pelas empresas, muitos deles designavam-se de “*Annual Reports*”, mas ao analisar-se o seu conteúdo percebe-se que se trata de um RI pela inclusão de informação não financeira relevante e interligada com a informação financeira.

É importante perceber quais os determinantes que levam as empresas a optar por um RI em detrimento de outras formas de divulgação, com o intuito de ajudar outras empresas que podem estar dispostas a divulgar este novo tipo de relato e que têm receio de não ter o perfil adequado, em termos de governança (Girella et al., 2019). Também ao nível de cada país, perceber os determinantes do RI torna-se fundamental para que os governos consigam encontrar oportunidades de mudança de mentalidades e de políticas que permitam aumentar o número de adotantes do RI.

Tabela 4.1 - Variável dependente e respetivo método de cálculo

Variável	Sigla	Método de cálculo	Fonte bibliográfica
Divulgação do Relato Integrado	IR	Variável <i>dummy</i> - assume o valor 1 caso a empresa divulgue RI e 0 caso não divulgue RI.	Alfiero et al. (2017); Girella et al. (2019); Talisma e Hiroki (2019); Jensen e Berg (2012); Vaz et al. (2016)

Fonte: Elaboração própria

#### 4.4. Variáveis independentes

Para determinar a influência das características das empresas analisadas, na divulgação do RI, foram definidas variáveis, previamente descritas na revisão de literatura, e que pretendem testar as hipóteses de investigação formuladas. Estas variáveis, bem como, os seus métodos de cálculo são apresentados na tabela-resumo 4.2.

Tabela 4.2 - Variáveis independentes e respetivo método de cálculo

Variável	Sigla	Método de cálculo	Fontes bibliográficas
Diversidade de género do CA	WOMEN	% de mulheres no CA	Alfiero et al. (2017); Fiori et al. (2016); Frias-Aceituno et al. (2013b); Girella et al. (2019)
Independência do CA	INDEPENDENCE	% de membros independentes do CA	Barako et al. (2006); Busco et al. (2019); Girella et al. (2022); Velte e Gerwanski (2020)
Dimensão do CA	BOARDSIZE	Logaritmo natural do número total de membros que constituem o CA num ano fiscal	Alfiero et al. (2017); Fiori et al. (2016); Frias-Aceituno et al. (2013b); Girella et al. (2019)
Atividade do CA	ACTIVITY	Logaritmo natural do número de reuniões do CA num ano fiscal	Fasan e Mio (2017); Frias-Aceituno et al. (2013b); Omran et al. (2021)
Coletivismo	COLLECT	Variável <i>dummy</i> - assume o valor 1 caso a empresa esteja situada num país com um nível de coletivismo superior à média dos países analisados e 0, em caso contrário.	Girella et al. (2019); Garcia-Sanchez et al. (2013); Khlif et al. (2015); Vaz et al. (2016)
Feminismo	FEMINISM	Variável <i>dummy</i> - assume o valor 1 caso a empresa esteja situada num país com um nível de feminismo superior à média dos países analisados e 0, em caso contrário.	Gallén e Peraita (2018); Girella et al. (2019); Garcia-Sanchez et al. (2013); Khlif et al. (2015); Vaz et al. (2016)
Orientação para o longo-prazo	LONGTERM	Variável <i>dummy</i> - assume o valor 1 caso a empresa esteja situada num país com um nível de orientação para o longo-prazo superior à média dos países analisados e 0, em caso contrário.	García-Sánchez et al. (2013); Girella et al. (2019); Khlif et al. (2015); Miska et al. (2018)

Fonte: Elaboração própria

#### 4.5. Variáveis de controlo

De acordo com estudos anteriores, a inclusão de variáveis de controlo num estudo, permite diminuir o seu enviesamento e aumentar a credibilidade dos resultados (York, 2018). Apesar de este tipo de variável não corresponder ao interesse principal do estudo, o seu entendimento é essencial para compreender de forma adequada e causal o impacto que as variáveis independentes têm sobre a variável dependente.

Uma das variáveis de controlo utilizadas nesta investigação é a dimensão da empresa, mensurada pelo total de ativos que a empresa possui. É uma variável que já foi utilizada em inúmeros estudos no passado, como o de Alfiero et al. (2017), Marrone (2020), Frias-Aceituno et al. (2013b), Frias-Aceituno et al. (2014), Girella et al. (2022) e Islam (2020). Em todos eles, a relação entre a dimensão da empresa e a divulgação do RI foi sempre positiva, o que já era expectável tendo em conta que maiores organizações tendem a observar maiores custos de agência e maior grau de informação assimétrica, problemas que podem ser colmatados aumentando os níveis de informação que é divulgada aos stakeholders (Talisma & Hiroki, 2019). Também, quando a organização é maior, acaba por existir uma maior sensibilidade em temas como a criação de valor e o desenvolvimento sustentável, facilitando a adoção do RI (Girella et al., 2019).

Outra das variáveis de controlo utilizadas é o retorno sobre os ativos, mensurada através do coeficiente entre o resultado líquido e o total de ativos da empresa no final do período fiscal correspondente. Esta variável é utilizada para medir a rendibilidade de uma empresa e à semelhança da variável anterior também tem sido estudada pelos investigadores, uma vez que o facto de a empresa ter lucro ou não, é uma das principais razões para escolher o método como a informação será divulgada (Girella et al., 2019). Está comprovado pela literatura que empresas com melhores resultados tendem a divulgar mais informação de forma voluntária, aumentando a credibilidade junto dos *stakeholders* (Buitendag et al., 2017).

Por fim a terceira variável de controlo diz respeito ao setor de atividade a que pertence a empresa. Para isso, foi utilizada a classificação do SIC code (*Standart Industrial Classification*), tendo sido excluído o setor financeiro e segurador (SIC code 60-69). Segundo (Pahuja, 2009) empresas de setores mais poluentes tendem a divulgar mais informação de sustentabilidade devido ao impacto negativo causado pelas suas atividades.

Tabela 4.3 - Variáveis de controlo e respetivo método de cálculo

Variável	Sigla	Método de cálculo	Fonte bibliográfica
Dimensão da empresa	SIZE	Logaritmo natural do valor total de ativos da empresa	Alfiero et al. (2017); Marrone (2020); Frias-Aceituno et al. (2014); Girella et al. (2022) e Islam (2020)
Retorno sobre os ativos	ROA	$\frac{\text{Resultado líquido}}{\text{Total de ativos}}$	Alfiero et al. (2017); Islam (2020); Lai et al. (2016); Girella et al. (2022); Frias-Aceituno et al. (2013b)
Setor de atividade	SECTOR	Variável <i>dummy</i> que assume o valor 1 se a empresa pertencer à classe de setor em causa e 0 caso contrário	Mahoney et al. (2013); Ahmad et al. (2017); Melón-Izco et al. (2019)

Fonte: Elaboração própria

#### 4.6. Método de análise de dados e modelo empírico

Tal como na maioria dos estudos anteriores (García-Sánchez et al., 2013; Vaz et al., 2016; Alfiero et al., 2017; Girella et al., 2019) o modelo utilizado nesta investigação foi uma regressão logística binária, uma vez que estamos perante uma variável dependente dicotómica, ou seja, uma variável que pode assumir 2 valores: 0 e 1 (Hosmer & Lemeshow, 1989) É esta a principal diferença entre os métodos de regressão linear e logística, no entanto, as técnicas de análise utilizadas nos dois modelos são idênticas.

De seguida é formulado o modelo que pretende determinar o efeito que cada variável independente tem na probabilidade de a empresa divulgar, ou não, um RI:

$$\begin{aligned}
 IR_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 WOMEN_{i,t} + \beta_2 INDEPENDENCE_{i,t} + \beta_3 BOARDSIZE_{i,t} + \\
 & \beta_4 ACTIVITY_{i,t} + \beta_5 COLLECT_{i,t} + \beta_6 FEMINISM_{i,t} + \\
 & \beta_7 LONGTERM_{i,t} + \beta_8 SIZE_{i,t} + \beta_9 ROA_{i,t} + \beta_{10} SECTOR_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)
 \end{aligned}$$

onde  $i$  e  $t$  significam a empresa e o ano analisado, respetivamente, e  $\varepsilon_{i,t}$  demonstra o erro associado ao modelo.

## 5. Resultados e discussão

### 5.1. Estatísticas descritivas

Com o objetivo de caracterizar a amostra usada no presente estudo, é efetuada uma análise das variáveis utilizadas, apresentando informações importantes relativas à sua frequência, dispersão, média, mediana, valor mínimo e valor máximo.

A amostra analisada neste estudo é composta por 737 empresas, das quais 543 divulgam RI e as restantes 194 não divulgam. Os dados correspondem à análise da variável dependente (IR) e podem ser observados na tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Distribuição das empresas por país e por divulgação, ou não, de RI

	1 - Divulga RI		0 - Não divulga RI		Total	
	Observações	Percentagem	Observações	Percentagem	Observações	Percentagem
<b>Alemanha</b>	113	20,8%	85	43,8%	198	26,87%
<b>Áustria</b>	20	3,7%	4	2,1%	24	3,26%
<b>Bélgica</b>	30	5,5%	2	1,0%	32	4,34%
<b>Dinamarca</b>	24	4,4%	20	10,3%	44	5,97%
<b>Eslovénia</b>	1	0,2%	0	0,0%	1	0,14%
<b>Espanha</b>	10	1,8%	4	2,1%	14	1,90%
<b>Finlândia</b>	30	5,5%	7	3,6%	37	5,02%
<b>França</b>	11	2,0%	7	3,6%	18	2,44%
<b>Grécia</b>	3	0,6%	1	0,5%	4	0,54%
<b>Hungria</b>	3	0,6%	0	0,0%	3	0,41%
<b>Irlanda</b>	20	3,7%	2	1,0%	22	2,99%
<b>Itália</b>	34	6,3%	25	12,9%	59	8,01%
<b>Luxemburgo</b>	7	1,3%	5	2,6%	12	1,63%
<b>Malta</b>	2	0,4%	1	0,5%	3	0,41%
<b>Países Baixos</b>	42	7,7%	4	2,1%	46	6,24%
<b>Polónia</b>	5	0,9%	1	0,5%	6	0,81%
<b>Portugal</b>	11	2,0%	0	0,0%	11	1,49%
<b>Rep. Checa</b>	1	0,2%	0	0,0%	1	0,14%
<b>Suécia</b>	176	32,4%	26	13,4%	202	27,41%
<b>Total</b>	<b>543</b>	<b>100%</b>	<b>194</b>	<b>100%</b>	<b>737</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Através da análise da tabela 5.1., conclui-se que o país com o maior número de observações é a Suécia, 202 observações, seguida da Alemanha, 198. O terceiro país com mais observações no estudo é a Itália com 59 empresas analisadas. A discrepância nos números apresentados no presente estudo é explicada pela informação disponível na base de dados, a *Thomson Reuters Eikon*, tendo em contas as variáveis que foram analisadas. Também, como já era expectável, a

divulgação do RI foi superior nestes países, sendo que nos 19 países analisados, o número de empresas que divulga RI é superior ao número de empresas que não divulga este tipo de relato.

Para além de se evidenciarem as estatísticas descritivas da amostra total, é realizada uma divisão em mais dois grupos: as empresas que divulgam RI e as empresas que não divulgam RI. Através desta divisão pretende-se perceber as principais diferenças nas características das empresas que constituem cada grupo de forma a realizar uma análise mais detalhada. Na tabela 5.2., cada painel corresponde a um grupo.

Tabela 5.2 - Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Painel A - Empresas que divulgam RI

	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>WOMEN</b>	543	0,308	0,124	0,000	0,333	0,643
<b>INDEPENDENCE</b>	543	0,592	0,288	0,000	0,615	1,000
<b>BOARDSIZE<sup>1</sup></b>	543	9	4	3	8	27
<b>ACTIVITY<sup>1</sup></b>	543	11	5	3	11	34
<b>COLLECT</b>	543	0,110	0,314	0,000	1,000	1,000
<b>FEMINISM</b>	543	0,565	0,496	0,000	1,000	1,000
<b>LONGTERM</b>	543	0,481	0,500	0,000	1,000	1,000

Painel B - Empresas que não divulgam RI

	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>WOMEN</b>	194	0,255	0,151	0,000	0,286	0,600
<b>INDEPENDENCE</b>	194	0,448	0,329	0,000	0,500	1,000
<b>BOARDSIZE<sup>1</sup></b>	194	8	4	3	7	21
<b>ACTIVITY<sup>1</sup></b>	194	10	5	3	9	28
<b>COLLECT</b>	194	0,082	0,275	0,000	0,000	1,000
<b>FEMINISM</b>	194	0,356	0,479	0,000	0,000	1,000
<b>LONGTERM</b>	194	0,680	0,466	0,000	1,000	1,000

Painel C - Amostra total

	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>WOMEN</b>	737	0,294	0,134	0,000	0,333	0,643
<b>INDEPENDENCE</b>	737	0,554	0,305	0,000	0,583	1,000
<b>BOARDSIZE<sup>1</sup></b>	737	9	4	3	8	27
<b>ACTIVITY<sup>1</sup></b>	737	11	5	3	10	34
<b>COLLECT</b>	737	0,103	0,304	0,000	0,000	1
<b>FEMINISM</b>	737	0,510	0,500	0,000	1	1
<b>LONGTERM</b>	737	0,533	0,499	0,000	1	1

<sup>1</sup>O logaritmo natural foi apenas aplicado na execução do modelo de regressão de forma a facilitar a interpretação

Fonte: Elaboração própria

Através da análise da tabela 5.2., percebe-se que a média da variável WOMEN é de 30,8% nas empresas que divulgam RI, ou seja, em média estas empresas apresentam uma percentagem de mulheres no CA de 30,8%. O valor apresentado é superior ao das empresas que não divulgam RI (25,5%). Em outros estudos, a média desta variável, para empresas que divulgam RI, apresenta valores semelhantes ao obtido: 27,6% (Hichri, 2020) e 34,5% (Velte, 2022) Por sua vez, 50% das empresas pertencentes ao Painel A e ao Painel B apresenta uma percentagem de mulheres no CA abaixo de 35%. É um valor ainda muito reduzido, que vai de encontro aos resultados obtidos no estudo da Deloitte (2017) que identificou, em 2021, numa amostra de 2026 empresas europeias, uma média de 30,7% de mulheres presentes no CA dessas empresas.

As empresas que divulgam RI, apresentam, em média, um CA composto por 59,2% de membros independentes. O valor vai ao encontro dos resultados obtidos nos estudos de Halid et al. (2021) e Qaderi et al. (2022), onde se avaliou a qualidade do RI divulgado em empresas da Malásia: 51% e 53%, respetivamente. Por sua vez, no grupo de empresas que não divulga RI a média baixa, consideravelmente, para 44,8% e na amostra total é de 55,4%.

Através da análise do Painel C da tabela 5.2. verifica-se que a dimensão do CA varia entre 3 e 27 e apresenta um valor médio de 8 membros, valores que são semelhantes aos dos Painéis A e B. Os resultados são idênticos aos obtidos por Girella et al. (2022), num estudo realizado a 154 empresas europeias listadas na Eurostoxx 600, onde se verificou uma média de 11,58 membros e uma variação entre 5 e 24.

Por fim, a última variável relacionada com as características do Conselho, o número de reuniões realizadas anualmente, apresenta uma média de 11 reuniões anuais nas empresas que divulgam RI e de 10 nas empresas que não divulgam RI. Os valores encontram-se em linha com os verificados em estudos anteriores: 12,48 (Marrone, 2020) e 12,82 (Vitolla et al., 2019).

Relativamente às dimensões de Hofstede, constata-se diferenças significativas entre o grupo de empresas que não divulga RI e o grupo que divulga. Das empresas que divulgam RI, apenas 56,5% pertence a países feministas, ou seja, países em que o índice de Hofstede é superior à média dos países analisados. Nas empresas que não divulgam, esta percentagem diminui para 35,6%. Também na dimensão da orientação de longo-prazo esta diferença é significativa, e neste caso, das empresas que divulgam RI, 48,1% pertence a países orientados para o longo-prazo, enquanto nas empresas que não divulgam RI, esta percentagem aumenta para 68,0%. Por fim, na dimensão do coletivismo, a percentagem é idêntica nos dois grupos, 11,0% nas empresas que divulgam RI e 8,2% nas que não divulgam.

Adicionalmente, é efetuada uma análise às variáveis de controlo, e também aqui foi feita uma divisão entre empresas que divulgam RI, empresas que não divulgam RI e amostra total.

Através da análise da tabela 5.3., constata-se que os valores nas empresas que divulgam RI e nas que não divulgam são idênticos. As empresas pertencentes ao primeiro grupo apresentam um ROA médio de 3,1%, que vai de encontro ao valor de 6% verificado no estudo de Girella et al. (2022). No que toca à dimensão da empresa, quantificada pelo logaritmo natural do total de ativos, nas empresas que divulgam RI obteve-se uma dimensão média de 15,086, sendo que esta variável apresenta uma variação entre 10,138 e 22,455.

Tabela 5.3 - Estatísticas descritivas das variáveis de controlo

Painel A – Empresas que divulgam RI						
	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>ROA</b>	543	0,031	0,104	-0,552	0,039	0,801
<b>SIZE</b>	543	15,086	1,881	10,138	14,924	22,455
Painel B – Empresas que não divulgam RI						
	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>ROA</b>	194	0,004	0,163	-0,660	0,032	0,737
<b>SIZE</b>	194	14,034	1,845	8,881	13,835	19,013
Painel C – Amostra total						
	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
<b>ROA</b>	737	0,024	0,123	-0,660	0,038	0,801
<b>SIZE</b>	737	14,810	1,927	8,881	14,645	22,455

Fonte: Elaboração própria

Em termos de setores de atividade, as 737 empresas analisadas encontram-se espalhadas por oito setores. Aquele que apresenta maior peso é o setor da Manufatura com metade das observações do presente estudo (52,65%). Dentro deste setor, encontram-se empresas dedicadas à produção e comercialização de produtos alimentares (SIC CODE 20), de químicos (SIC CODE 28), de produtos metálicos (SIC CODE 34), de equipamento de transporte (SIC CODE 37), entre outros. Também o setor dos serviços foi um dos mais analisados, representando 21,30% das observações totais. Neste setor encontram-se empresas prestadoras de serviços como hotelaria (SIC CODE 70), automóvel (SIC CODE 75), saúde (SIC CODE 80), contabilidade, engenharia e investigação (SIC CODE 87), entre outros. Por fim, o setor com menos representatividade é o da Agricultura com apenas seis observações. Aqui incluem-se empresas dedicadas à produção agrícola (SIC CODE 01) e à caça e pesca (SIC CODE 09).

Tabela 5.4 - Distribuição das empresas analisadas por setor de atividade

<b>Código SIC</b>	<b>Descrição</b>	<b>Observações</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>01-09</b>	Agricultura	6	0,81%
<b>10-14</b>	Atividades mineiras	14	1,90%
<b>15-17</b>	Construção	33	4,48%
<b>20-39</b>	Manufatura	388	52,65%
<b>40-49</b>	Transporte e Serviços Públicos	82	11,13%
<b>50-51</b>	Comércio Grossista	24	3,26%
<b>52-59</b>	Comércio de retalho	33	4,48%
<b>70-89</b>	Serviços	157	21,30%
<b>Total</b>		737	100,00%

Fonte: Elaboração própria

## 5.2. Matriz de correlações

Uma vez que o presente estudo se traduz num modelo de Regressão logística, deve verificar-se a ausência de multicolineariedade entre as variáveis explicativas, ou seja, estas não podem estar fortemente correlacionadas entre si. Segundo Maroco (2007), para avaliar o pressuposto mencionado devem ser utilizados coeficientes de correlação que funcionam como medidas de associação. Neste caso, será utilizado o R de *Pearson* para avaliar a existência, ou não, de multicolineariedade, sendo que o requisito da normalidade deve ser cumprido. Assim, recorrendo ao teste Kolmogorov-Smirnov (Tabela 9.1 do Anexo C), verifica-se que o princípio da normalidade não é cumprido em nenhuma das variáveis ( $\text{sig} < 0,05$ ), no entanto, podemos invocar o Teorema do Limite Central (TLC) (Field, 2018). O TLC assume que amostras suficientemente grandes ( $n > 30$ ) seguem uma distribuição normal, estando assim cumprido o requisito da normalidade (Field, 2018). As correlações entre as variáveis contínuas utilizadas no modelo são apresentadas na tabela 5.5:

Tabela 5.5 - Matriz de correlações

Correlação de Pearson		WOMEN	INDEPENDENCE	BOARDSIZE	ACTIVITY	ROA	SIZE
<b>WOMEN</b>	Coeficiente	1	,244**	,267**	,130**	0,029	,274**
	Sig.		0,000	0,000	0,000	0,427	0,000
<b>INDEPENDENCE</b>	Coeficiente	-	1	0,014	,257**	0,031	,163**
	Sig.	-	-	0,695	0,000	0,393	0,000
<b>BOARDSIZE</b>	Coeficiente	-	-	1	-0,006	0,021	,584**
	Sig.	-	-		0,862	0,573	0,000
<b>ACTIVITY</b>	Coeficiente	-	-	-	1	-,120**	,088*
	Sig.	-	-	-		0,001	0,017
<b>ROA</b>	Coeficiente	-	-	-	-	1	,137**
	Sig.	-	-	-	-		0,000
<b>SIZE</b>	Coeficiente	-	-	-	-	-	1
	Sig.	-	-	-	-	-	

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades)

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades)

Fonte: Elaboração própria

Para analisar a intensidade da relação entre as variáveis é necessário ter-se em conta o valor do coeficiente. Quanto mais próximo de 1, maior será a intensidade da relação entre as duas variáveis. Da análise da tabela é visível que a relação entre as variáveis WOMEN e ACTIVITY ( $R=0,130$ ;  $\text{Sig.}<0,001$ ), ACTIVITY e ROA ( $R=-0,120$ ;  $\text{Sig.}=0,001$ ), ACTIVITY e SIZE ( $R=0,088$ ,  $\text{Sig.}=0,017$ ), INDEPENDENCE e SIZE ( $R=0,163$ ,  $\text{Sig.}<0,001$ ), e ROA e SIZE ( $R=0,137$ ,  $\text{Sig.}<0,001$ ) é significativa, no entanto, a associação entre estas variáveis é muito fraca, uma vez que o valor dos coeficientes é inferior a 0,20.

A relação que apresenta o coeficiente mais elevado ocorre entre BOARDSIZE e SIZE ( $R=0,584$ ;  $\text{Sig.}<0,001$ ), e significa que quanto maior é a dimensão da empresa, maior é o seu CA. O resultado é semelhante ao de Alfiero et al. (2017) ( $R=0,315$ ) e de Kiliç e Kuzei (2016) ( $R=0,466$ ) que apesar de terem encontrado uma relação menos intensa, é igualmente positiva e significativa. A relação entre ROA e SIZE ( $R=0,137$ ,  $\text{Sig.}<0,001$ ) apesar de ser uma relação muito fraca, é positiva, o que significa que quanto maior for a dimensão da empresa maior é o retorno dos ativos. O resultado está em linha com Islam (2020) ( $R=0,239$ ), Kiliç e Kuzei (2016) ( $R=0,196$ ) e Girella et al. (2019) ( $R=0,163$ ). Também a relação entre WOMEN e ACTIVITY ( $R=0,130$ ,  $\text{Sig.}<0,001$ ) caracteriza-se por ser uma relação positiva de intensidade muito fraca e é interpretada da seguinte forma: quanto maior é a percentagem de mulheres no CA maior será o número de reuniões anuais realizadas por este órgão. O resultado é semelhante ao apresentado por Frias-Aceituno et al. (2013b) ( $R=0,105$ ) e por Omran et al. (2021) ( $R=0,193$ ). Por fim, é

importante realçar a relação negativa entre *ACTIVITY* e *ROA* ( $R=-0,120$ ;  $Sig.=0,001$ ) que significa que quanto mais reuniões do CA ocorrerem, menor será o retorno dos ativos.

Embora a generalidade das relações seja significativa a sua associação é fraca ou muito fraca, não colocando em causa o pressuposto da ausência de multicolineariedade. Adicionalmente, com o intuito de confirmar este pressuposto, recorreu-se às Estatísticas de Colineariedade (*VIF* e *Tolerance*). Segundo a tabela 5.6., para todas as variáveis, o *Tolerance* é superior a 0,2 e o *VIF* é inferior a 5 e, portanto, fica verificado o pressuposto, não colocando em causa a viabilidade do modelo.

Tabela 5.6 - Estatísticas de Colinearidade

	<b>Tolerance</b>	<b>VIF</b>
<b>WOMEN</b>	0,803	1,245
<b>INDEPENDENCE</b>	0,826	1,210
<b>BOARDSIZE</b>	0,561	1,781
<b>ACTIVITY</b>	0,719	1,390
<b>COLLECT</b>	0,386	2,589
<b>FEMINISM</b>	0,404	2,477
<b>LONGTERM</b>	0,874	1,144
<b>ROA</b>	0,934	1,070
<b>SIZE</b>	0,578	1,729

Fonte: Elaboração própria

### 5.3. Resultados da Regressão

Após a definição e análise das variáveis em estudo, e da validação dos pressupostos subjacentes ao modelo de regressão utilizado, apresentam-se de seguida os resultados obtidos:

Tabela 5.7 - Resultados da Regressão

	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Constante</b>	-3,70	1,10	11,33	1	0,00	0,03
<b>WOMEN</b>	1,40	0,74	3,54	1	0,06*	4,04
<b>INDEPENDENCE</b>	0,70	0,31	5,13	1	0,02**	2,01
<b>BOARDSIZE</b>	0,07	0,26	0,07	1	0,79	1,07
<b>ACTIVITY</b>	0,36	0,22	2,73	1	0,09*	1,44
<b>COLLECT</b>	0,44	0,33	1,79	1	0,18	1,55
<b>FEMINISM</b>	0,37	0,29	1,61	1	0,20	1,45
<b>LONGTERM</b>	-0,24	0,29	0,69	1	0,41	0,79
<b>ROA</b>	1,28	0,72	3,15	1	0,08*	3,60
<b>SIZE</b>	0,23	0,07	12,44	1	0,00***	1,26
<b>SECTOR</b>	Incluída					

\*, \*\* e \*\*\* indicam que a variável é estatisticamente significativa no modelo para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,01, respetivamente.

Fonte: Elaboração própria

Os resultados demonstram que a presença de mulheres no CA contribui de forma positiva e significativa ( $B=1,40$ ;  $Sig=0,06$ ) para a divulgação do RI, o que permite aceitar a Hipótese 1 do estudo. O resultado está em linha com o observado por Alfiero et al. (2017), Fiori et al. (2016) e Frias-Aceituno et al. (2013b). Também Barako e Brown (2008) e Prado-Lorenzo e García-Sánchez (2010) tinham obtido resultados semelhantes para a divulgação do relatório de sustentabilidade. O facto de as mulheres depositarem mais esforço nas suas tarefas (Dang et al., 2013) e melhorarem o controlo e a tomada de decisão por parte do CA (Liao et al., 2015) são aspetos que corroboram os resultados obtidos no presente estudo. Para além disso, é seguro afirmar que a presença de mulheres no CA aumenta a preocupação das organizações com questões ambientais e sociais e conseqüentemente, a adoção de novas formas de relato (Aladwey et al., 2021).

A variável relacionada com a independência dos membros do CA segue a mesma lógica da anterior ( $B=0,70$ ;  $Sig=0,02$ ), comprovando-se a Hipótese 2, ou seja, a existência de membros independentes no CA influencia positivamente e de forma significativa a divulgação do RI. Os resultados foram também comprovados por outros autores, entre os quais, Cheng e Courtenay (2006), Lim et al. (2007) e Girella et al. (2022). A existência deste tipo de membros no CA de uma organização, permite aumentar o nível de controlo e transparência (Jizi et al., 2014), uma

vez que os membros independentes estão menos implicados com a gestão da organização (Michelon & Parbonetti, 2012) e apresentam uma visão diferente, focada em questões menos preocupantes e menos abordadas pelos outros administradores (sociais, sustentabilidade entre outras). Esta visão holística tomada pelos membros independentes promove a divulgação de novas formas de relato, aumentando a transparência e a reputação da organização (Prado-Lorenzo & García-Sánchez, 2010). Contudo é importante referir que na literatura existem estudos que, apesar de terem identificado uma relação positiva entre a independência dos membros do CA e a divulgação do RI, essa relação não se mostrou significativa (Frias-Aceituno et al., 2013b; Girella et al., 2019; Busco et al., 2019; Velte & Gerwanski, 2020).

Quanto à variável da dimensão do CA, formulada na Hipótese 3, os resultados demonstram que a dimensão do CA apresenta um coeficiente positivo concordante com o disposto na hipótese, no entanto, não é estatisticamente significativa, levando à rejeição da mesma ( $B=0,07$ ;  $Sig=0,79$ ). Os resultados obtidos estão em linha com os estudos de Alfiero et al. (2017), Kiliç et al. (2015) e Omran et al. (2021) que apesar de apresentarem um coeficiente positivo, não foram significantes para explicar a variável estudada. Por sua vez, estudos anteriores (Girella et al., 2019; Frias-Aceituno et al., 2013b; Akhtaruddin et al., 2009; Girella et al., 2022) identificaram uma relação positiva e significativa entre a dimensão do CA e a divulgação do RI, argumentando que um maior CA possibilita uma maior diversidade de inputs e ideias úteis na divulgação deste tipo de relato. Contudo, um CA demasiado grande pode contribuir para a ineficácia dos processos de coordenação e para o aumento dos conflitos entre administradores, levando a que os custos de ter mais administradores ultrapassem os benefícios (Kiliç & Kuzei, 2018b).

A última variável relacionada com as características do CA diz respeito à sua atividade, o número de reuniões anuais dos membros deste órgão. Pela análise da tabela 5.7., conclui-se que é uma variável que influencia positivamente e de forma significativa a divulgação do RI ( $B=0,36$ ;  $Sig=0,09$ ). Os resultados vão ao encontro dos verificados por Frias-Aceituno et al. (2013b) e mais tarde por Qaderi et al. (2022), concluindo-se que um maior número de reuniões anuais do CA aumenta a probabilidade de a empresa divulgar o RI. Este é o resultado esperado uma vez que através destas reuniões o CA consegue melhorar o controlo e a monitorização das operações, potenciando novas formas de relato que melhorem a relação entre a empresa e os *stakeholders* (Vitolla et al., 2019). Também com o aumento do número de reuniões, o conselho adquire maior disponibilidade e compromisso para melhorar as suas formas de divulgação, nomeadamente, o RI (Qaderi et al., 2022).

Ao observar as variáveis relacionadas com as dimensões de Hofstede, verifica-se que nenhuma das três se mostrou significativa para o estudo: Coletivismo ( $B=0,44$ ;  $Sig=0,18$ ); Feminismo ( $B=0,37$ ;  $Sig=0,20$ ) e Longo-prazo ( $B=-0,24$ ;  $Sig=0,41$ ). Tendo em conta os resultados, as Hipóteses 5, 6 e 7 são rejeitadas. Em sentido contrário ao presente estudo estão o de Girella et al. (2019) e García-Sánchez et al. (2013). No primeiro, todas as variáveis demonstraram influenciar de forma positiva e significativa a divulgação do RI, concluindo que empresas localizadas em países coletivistas, feministas e orientados para o longo-prazo têm mais interesse em divulgar o RI (Girella et al., 2019). No segundo estudo, os resultados foram semelhantes exceto na variável do longo-prazo que não se demonstrou significativa. Os dois autores são consensuais, relativamente à natureza do coeficiente obtido para as variáveis do coletivismo e do feminismo, suportando a ideia de que nestes países as pessoas procuram não só melhorar a sua qualidade de vida, mas também a da sociedade onde estão inseridas, procurando diminuir as desigualdades sociais. O comportamento em causa, leva a que as organizações divulguem mais e melhor informação que mostre aos *stakeholders* a sua preocupação com o meio onde estão presentes. Ainda assim, o presente estudo não encontrou uma relação significativa entre as variáveis, que pode ser explicado pela desatualização das dimensões de Hofstede ao contexto atual dos países (Minkov, 2017).

Para concluir a análise das variáveis independentes analisadas no modelo de regressão logística, é necessário verificar as *odds ratio* para as variáveis que se mostraram significativas. Segundo Cokluk (2010) esta análise permite avaliar a natureza da relação entre as variáveis explicativas e a variável dicotómica binária. No caso específico do presente estudo, a interpretação das *odds ratio* permite explicar a variação da probabilidade de as empresas divulgarem o RI, consoante a variação das variáveis explicativas. Para efetuar esta análise, deve-se ter em conta a coluna  $\text{Exp}(B)$  presente na tabela 5.7. Assim, verifica-se que para as variáveis que se mostraram significantes (WOMEN, INDEPENDENCE e ACTIVITY), o valor das *odds ratio* é superior a 1. Os dados permitem concluir que a probabilidade de as empresas divulgarem o RI aumenta 4,04 vezes quando a percentagem de mulheres no CA aumenta em um ponto percentual, e 2,02 quando a percentagem de membros independentes no CA aumenta em um ponto percentual. Adicionalmente, a probabilidade de a empresa divulgar o RI aumenta 1,44 vezes por cada reunião adicional do CA.

Em suma, as empresas analisadas neste estudo apresentam uma maior probabilidade de divulgar o RI quando a percentagem de membros independentes e de mulheres no CA é maior e, também, quando o número de reuniões realizadas anualmente é superior.

Tabela 5.8 - Resumo das hipóteses de investigação formuladas

H #	Hipóteses formuladas	Resultados
H1	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a diversidade de género do CA e a divulgação do RI.	Não rejeitada
H2	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a independência dos membros do CA e a divulgação do RI.	Não rejeitada
H3	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a dimensão do CA e a divulgação do RI.	Rejeitada*
H4	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a atividade do CA e a divulgação do RI.	Não rejeitada
H5	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o índice de coletivismo de um país e a divulgação do RI.	Rejeitada*
H6	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o índice de feminismo de um país e a divulgação do RI.	Rejeitada*
H7	Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a orientação para o longo prazo de um país e a divulgação do RI.	Rejeitada

\* Rejeita-se a existência de uma relação significativa, apesar de o sentido da relação ser concordante com a hipótese formulada.

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, as variáveis de controlo, ROA e SIZE, mostraram influenciar de forma positiva e significativa a divulgação do RI ( $B=1,28$ ;  $Sig=0,08$  e  $B=0,23$ ;  $Sig<0,001$ ). A variável ROA apresenta resultados semelhantes aos obtidos por Girella et al. (2019), Girella et al. (2022) e por Islam (2020). Os resultados permitem concluir que as empresas com melhores performances, são mais suscetíveis de divulgar o RI, uma vez que, comparativamente a outros tipos de reporte, este acaba por ser mais dispendioso e exigente na sua elaboração. A variável SIZE está em linha com outros estudos anteriores como o de Frias-Aceituno et al. (2013b), Alfiero et al. (2017), Marrone (2020), Islam (2020) e Girella et al. (2022). Os resultados são os esperados uma vez que empresas de grandes dimensões estão mais suscetíveis a problemas de agência e informação assimétrica, situações que podem ser ultrapassadas pela integração e divulgação de informação de melhor qualidade. Para além disso, maiores empresas possuem mais recursos que poderão ser utilizados na adoção do RI.

Por fim, o ajustamento do modelo é testado através do teste de Hosmer-Lomeshow ( $X^2_{(8)} = 6,18$ ;  $Sig=0,63$ ) (Tabela 9.2. do Anexo C). Neste caso, como o Sig é superior a 0,05 não se rejeita a hipótese nula (as categorias previstas correspondem às categorias observadas), concluindo-se que o modelo está a prever os dados de forma adequada. Adicionalmente, o *Nagelkerke R Square* é de 0,19, pelo que se conclui que o modelo apresenta uma qualidade preditiva fraca a moderada (Tabela 9.3. do Anexo C). No entanto, através da análise da

percentagem de casos corretamente classificados, 75,3%, fica assegurada a boa qualidade do presente modelo de regressão logística (Tabela 9.4. do Anexo C).

## 6. Conclusão

O objetivo principal do estudo é investigar os determinantes das empresas e os determinantes dos países que influenciam a divulgação do RI. Na ótica das empresas, foram analisadas as características do CA, representadas pela percentagem de mulheres e membros independentes no CA, pela dimensão deste órgão e pelo número de reuniões realizadas anualmente. Na ótica dos países analisaram-se as dimensões de Hofstede, nomeadamente, o nível de coletivismo e feminismo e a orientação para o longo-prazo. Para concretizar o objetivo, foi considerada uma amostra de 737 empresas pertencentes a países da UE, tendo em conta o horizonte temporal de 2017 a 2020.

Os resultados do estudo demonstram que todas as características do CA são determinantes para a divulgação do RI, exceto a sua dimensão. Perante os resultados obtidos, conclui-se que as características do CA influenciam a forma como as organizações comunicam e divulgam informação aos *stakeholders*. Com o aumento do número de mulheres neste órgão, aumenta também a necessidade e preocupação com questões de sustentabilidade, bem como o reporte destas informações, procurando atingir níveis de transparência mais elevados (Prado-Lorenzo & García-Sánchez, 2010). O aumento do número de membros independentes do CA, é também um fator que apresenta um impacto positivo na divulgação do RI. Como os objetivos dos membros independentes do CA passam por reduzir os conflitos e aumentar o controlo dentro da organização, a integração da informação surge de forma natural como uma das medidas essenciais para melhorar a monitorização e a comunicação com os *stakeholders*. Os membros independentes com a sua diversidade de conhecimento e de qualificações, podem contribuir com outro tipo de visão para a organização, nomeadamente ao nível do reporte. Em termos de número de reuniões do CA, também mostrou ser um determinante para a divulgação do RI, o que significa que um CA que reúne mais frequentemente, tem mais oportunidades para debater e avaliar novas possibilidades de comunicação, potenciando novos tipos de reporte como o RI. A única variável do CA que não mostrou ser determinante para a divulgação do RI foi a dimensão deste órgão, revelando que o aumento do número de administradores não implica mudanças ou melhoramentos no tipo de relato divulgado.

As características dos países analisadas no presente estudo, refletidas em três dimensões de Hofstede, não mostraram ser determinantes para a divulgação do RI. De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que países onde as pessoas pensam e agem em prol do grupo, não são determinantes para as empresas divulgarem o RI. Para além disso, países caracterizados por um papel semelhante entre homens e mulheres e onde os fatores sociais se sobrepõem aos

financeiros, não mostraram ser determinantes para a divulgação deste tipo de relato. Por fim, países focados no longo-prazo e em medidas que promovam o desenvolvimento e crescimento da sociedade, também não mostraram ser determinantes na divulgação do RI. Os resultados obtidos, diferentes dos que eram expectáveis, podem ser explicados por diversas razões. Uma delas prende-se com o facto de as dimensões de Hofstede terem sido criadas nos anos 60 e 70 e até aqui não terem sofrido alterações significativas, pelo que a sua aplicação pode não estar atualizada ao contexto atual dos países (Signorini et al., 2009). Outra razão, pode ser o número de países analisados no presente estudo, que pode ter influência nos resultados obtidos, uma vez que a média de cada dimensão foi baseada apenas na amostra analisada.

O presente estudo é relevante para a comunidade científica uma vez que é o primeiro estudo, a nível europeu, a analisar, simultaneamente, os determinantes dos países e os determinantes das empresas na divulgação do RI. A atualidade do estudo é também um dos pontos positivos a destacar, uma vez que é utilizado um horizonte temporal de 2017 a 2020. Para além disso, uma das maiores contribuições do estudo reside no facto de não considerar apenas empresas que seguem a *framework* do IIRC e que estejam presentes na base de dados deste organismo. Até aqui, a maioria dos estudos teve em conta esta *framework*, contudo é importante realçar que o RI já existia antes do IIRC ter sido criado e que é apenas um complemento ao reporte das empresas não impondo uma obrigação. Assim, a presente investigação ao ter em conta todas as realidades de RI permite que se obtenha uma amostra mais abrangente e, conseqüentemente, mais significativa. Por fim, vale a pena realçar que o estudo ocorre depois da entrada em vigor da diretiva 2014/95/EU que a partir de 2017, tornou obrigatória a divulgação de informação não financeira por empresas de interesse público com mais de 500 colaboradores, situação que contribui para o elevado número de empresas a divulgar o RI na amostra analisada.

Adicionalmente, do ponto de vista prático, este estudo procura dar orientações às empresas aquando da formação do seu CA, uma vez que tal como ficou patente no estudo, a divulgação do RI depende, claramente, das características do CA e não das características dos países (Alfiero et al., 2017; Fiori et al., 2016; Frias-Aceituno et al., 2013b; Cheng & Courtenay, 2006; Lim et al., 2007; Girella et al., 2022; Qaderi et al., 2022). O tema em análise apresenta uma pertinência bastante relevante na atualidade, uma vez que pode ser útil na definição e no conteúdo das normas internacionais de sustentabilidade que se encontram em processo de desenvolvimento.

Apesar das contribuições mencionadas, é importante referir algumas limitações do presente estudo. O objetivo inicial era analisar empresas de todos os países da UE, no entanto, devido à

falta de informação na base de dados da *Thomson Reuters Eikon* esse objetivo não foi possível e teve de limitar-se o estudo à informação disponível. Devido à escassez de informação relativa aos países da UE, as observações registadas na Alemanha e na Suécia representam mais de 50% das observações totais, situação que pode ter um impacto considerável nos resultados. Para além disso, os dados recolhidos no presente estudo, nomeadamente, a verificação da divulgação ou não de RI, podem incorrer em alguma subjetividade devido às várias definições existentes.

Em termos de investigações futuras, sugere-se a análise das restantes dimensões de Hofstede, uma vez que no presente estudo analisaram-se apenas as dimensões para as quais existia literatura que as relacionasse com o RI. Para além das dimensões de Hofstede e tendo em conta que estas têm sido criticadas por académicos e investigadores, pode estudar-se o impacto de outras características dos países na divulgação do RI, como o PIB ou o sistema legal. Também ao nível das organizações podem ser analisadas outras características para além do CA, como o *score* ESG ou a localização geográfica. Outra sugestão é alargar o estudo aos restantes países da UE e perceber se os resultados obtidos são idênticos.

Por último, tendo em conta que o IIRC passou a fazer parte da IFRS Foundation e estão neste momento a ser criadas as normas internacionais de sustentabilidade, espera-se que o impacto na divulgação do RI seja significativo e que sejam preenchidas algumas lacunas da *framework* do IIRC, principalmente, em matéria de sustentabilidade. É por isso importante analisar o impacto destes novos avanços na divulgação do RI pelas empresas.



## 7. Fontes

- Financial Reporting Council. (2018, julho). *The UK Corporate Governance Code*. <https://www.frc.org.uk/getattachment/88bd8c45-50ea-4841-95b0-d2f4f48069a2/2018-UK-Corporate-Governance-Code-FINAL.pdf>
- ICGN. (2021). *Global Governance Principles*. <https://www.icgn.org/sites/default/files/2022-04/ICGN%20Global%20Governance%20Principles%202021.pdf>



## 8. Referências Bibliográficas

- Adams, A. C. (2015). The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27(1), 23-28. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>
- Adams, R. B., Almeida, H., & Ferreira, D. (2005). Powerful CEOs and their impact on corporate performance. *The Review of Financial Studies*, 18(4), 1403-1432. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhi030>
- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2008). Women in the Boardroom and Their Impact on Governance and Performance. *Journal of Financial Economics*, 94(2), 291-309. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2008.10.007>
- Adams, R. B., & Ferreira, D. (2012). Regulatory pressure and bank directors' incentives to attend board meetings. *International Review of Finance*, 12(2), 227-248. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2443.2012.01149.x>
- Ahmad, N. B. J., Rashid, A., & Gow, J. (2017). Board Independence and Corporate Social Responsibility (CSR) Reporting in Malaysia. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(2), 61-85. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i2.5>
- Akhtaruddin, M., Hossain, M. A., Hossain, M., & Yao, L. (2009). Corporate governance and voluntary disclosure in corporate annual reports of Malaysian listed firms. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 7(1), 1-19.
- Aladwey, L., Elgharbawy, A., & Ganna, M. A. (2021). Attributes of corporate boards and assurance of corporate social responsibility reporting: evidence from the UK. *Corporate governance*, 22(4), 748-180. <https://doi.org/10.1108/CG-02-2021-0066>
- Albertini, E. (2019). Integrated reporting: an exploratory study of French companies. *Journal of Management and Governance*, 23(1), 513-535. <https://doi.org/10.1007/s10997-018-9428-6>
- Alfiero, S., Cane, M., Doronzo, R., & Esposito, A. (2017). Board configuration and IR adoption: Empirical evidence from European companies. *Corporate Ownership & Control*, 15, 444-458. <https://doi.org/10.22495/cocv15i1c2p13>
- Andrés, P., Azofra, V., & López, F. (2005). Corporate boards in OECD countries: Size, composition, functioning and effectiveness. *Corporate Governance: An International Review*, 13(2), 197-210. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2005.00418.x>
- Archick, K. (2022). *The European Union: Questions and Answers*. Federation of American Scientists. <https://sgp.fas.org/crs/row/RS21372.pdf>
- Armbester, K., Clay, T., & Roberts, L. (2011). *Integrated Reporting: An Irreversible Tipping Point*. Accountancy SA.
- Baalouch, F., Ayadi, S. D., & Hussainey, K. (2019). A study of the determinants of environmental disclosure quality: evidence from french listed companies. *Journal of Management and Governance*, 23(4), 939-971. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09474-0>
- Baldini, M., Dal Maso, L., Liberatore, G., Mazzi, F., & Terzani, S. (2018). Role of country- and firm-level determinants in environmental, social, and governance disclosure. *Journal of Business Ethics*, 150(1), 79-98. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3139-1>
- Barako, D. G., & Brown, A. M. (2008). Corporate social reporting and board representation: evidence from the Kenyan banking sector. *Journal of Management and Governance*, 12(4), 309-324. <https://doi.org/10.1007/s10997-008-9053-x>
- Barako, D. G., Hancock, P., & Izan, H. (2006). Factors influencing voluntary corporate disclosure by Kenyan firms. *Corporate Governance: An International Review*, 14(2), 107-125. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00491.x>

- Barnea, A., & Rubin, A. (2010). Corporate social responsibility as a conflict between shareholders. *Journal of Business Ethics*, 97(1), 71-86. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0496-z>
- Barth, M. E., Cahan, S. F., Chen, L., & Venter, E. R. (2017). The economic consequences associated with integrated report quality: Capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*, 62(1), 43-64.
- Berle, A. A., & Means, G. C. (1932). *The modern corporation and private property*. Transaction Publishers.
- Betz, M., O'Connell, L., & Shepard, J. M. (1989). Gender differences in proclivity for unethical behavior. *Journal of Business Ethics*, 8(1), 321-324. <https://doi.org/10.1007/BF00381722>
- Bochenek, M. (2020). Analysis of the integrated reporting use in EU countries. *Problems and Perspectives in Management*, 18(3), 106-117. [http://dx.doi.org/10.21511/ppm.18\(3\).2020.09](http://dx.doi.org/10.21511/ppm.18(3).2020.09)
- Buitendag, N., Fortuin, G. S., & Laan, A. (2017). Firm characteristics and excellence in integrated reporting. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 20(1), 1307-1315. <https://doi.org/10.4102/sajems.v20i1.1307>
- Busco, C., Malafronte, I., Pereira, J., & Starita, M. G. (2019). The determinants of companies' levels of integration: does one size fit all? *The British Accounting Review*, 51(3), 277-298. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.01.002>
- Cerbioni, F., & Parbonetti, A. (2007). Exploring the effects of corporate governance on intellectual capital disclosure: an analysis of European biotechnology companies. *European Accounting Review*, 16(4), 791-826. <https://doi.org/10.1080/09638180701707011>
- Cheng, A., Awan, U., Shabbir, A., & Tan, Z. (2021). How do technological innovation and fiscal decentralization affect the environment? A story of the fourth industrial revolution and sustainable growth. *Technological Forecasting and Social Change*, 162(1), 120398 <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120398>
- Cheng, E. C. M., & Courtenay, S. M. (2006). Board composition, regulatory regime and voluntary disclosure. *The International Journal of Accounting*, 41(3), 262-289. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2006.07.001>
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25(1), 90-119. <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>
- Cho, C. H., Freedman, M., & Patten, D. M. (2012). Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 25(3), 486-507. <https://doi.org/10.1108/09513571211209617>
- Chou, H. I., Chung, H., & Yin, X. (2013). Attendance of board meetings and company performance: evidence from Taiwan. *Journal of Banking and Finance*, 37(11), 4157-4171. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.07.028>
- Christie, P. M. J., Kwon, I. W. G., Stoeberl, P. A., & Baumhart, R. (2003). A Cross-Cultural Comparison of Ethical Attitudes of Business Managers: India, Korea and the United States. *Journal of Business Ethics*, 46(3), 263-287. <https://doi.org/10.1023/A:1025501426590>
- Churet, C., & Eccles, R. G. (2014). Integrated reporting, quality of management, and financial performance. *Journal of Applied Corporate Finance*, 26(1), 56-64. <https://doi.org/10.1111/jacf.12054>
- Cokluk, O. (2010). Logistic regression: concept and application. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 10(3), 1397-1407.

- Cupertino, S., Vitale, G., & Ruggiero, P. (2021). Performance and (non) mandatory disclosure: the moderating role of the Directive 2014/95/EU. *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 163-183. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2021-0115>
- Dalton, D. R., Daily, C. M., Johnson, J. L., & Ellstrand, A. E. (1999). Number of directors and financial performance: a meta-analysis. *Academy of Management Journal*, 42(6), 674-686. <https://doi.org/10.2307/256988>
- Dang, R., & Nguyen, D. K. (2018). Does Board Gender Diversity Make a Difference? New Evidence from Quantile Regression Analysis. *Management international*, 20(2), 95-106. <https://doi.org/10.7202/1046565ar>
- Dang, R., Nguyen, D. K., & Vo, L. C. (2013). *Women on corporate boards and firm performance: a comparative study*. <http://events.em-lyon.com/AFFI/Papers/252.pdf>
- De Villiers, C., Venter, E. R. & Hsiao, P. C. K. (2017). Integrated reporting: background, measurement issues, approaches, and an agenda for future research. *Accounting & Finance*. 57(4), 937-959. <https://doi.org/10.1111/acfi.12246>
- Deloitte. (2015). *A directors' guide to integrated reporting*. <https://www2.deloitte.com/uk/en/pages/audit/articles/directors-guide-to-integrated-reporting.html>
- Deloitte. (2017). *Women in the boardroom: A global perspective*. <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/Risk/gx-risk-wob-europe-180222.pdf>
- Deloitte. (2022, novembro). *IFRS Foundation announces IRCC*. <https://www.iasplus.com/en/news/2022/11/ircc>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160. <https://doi.org/10.2307/2095101>
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166-185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dumay, J., & Dai, J. (2017). Integrated thinking as a cultural control? *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 574-604. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2016-0067>
- EY. (2016). *Excellence in integrated reporting awards 2016: A survey of integrated reports from South Africa's top 100 JSE listed companies and top 10 state-owned companies*. [https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2016/08/EYs-Excellence-in-Integrated-Reporting-2016\\_final\\_Web.pdf](https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2016/08/EYs-Excellence-in-Integrated-Reporting-2016_final_Web.pdf)
- Falatifah, M., & Hermawan, A. A. (2021). Board of directors effectiveness, voluntary integrated reporting and cost of equity: Evidence from OECD countries. *International Journal of Business and Society*, 22(1), 443-460. <https://doi.org/10.33736/IJBS.3188.2021>
- Faleye, O., Hoitash, R., & Hoitash, U. (2011). The costs of intense board monitoring. *Journal of Financial Economics*, 101(1), 160-181, <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2011.02.010>
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Agency problems and residual claims. *Journal of Law and Economics*, 26(2), 327-349. <https://doi.org/10.1086/467038>
- Fasan, M., & Mio, C. (2017). Fostering Stakeholder Engagement: The Role of Materiality Disclosure in Integrated Reporting. *Business Strategy and the Environment*, 26(3), 288-305. <https://doi.org/10.1002/bse.1917>
- Federo, R., & Sal-Carranza, A. (2018). A configurational analysis of board involvement in intergovernmental organizations. *Corporate Governance: An International Review*, 26(6), 414-428. <https://doi.org/10.1111/corg.12241>
- Field, A. (2018). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (5<sup>a</sup>ed.). Sage.
- Fields, M. A., & Keys, P. Y. (2003). The emergence of corporate governance from wall St. to main St.: outside directors, board diversity and earnings management, and managerial

- incentive to bear risk. *The Financial Review*, 38(1), 1-24. <https://doi.org/10.1111/1540-6288.00032>
- Fiori, G., di Donato, F., & Izzo, M. F. (2016). Exploring the Effects of Corporate Governance on Voluntary Disclosure: An Explanatory Study on the Adoption of Integrated Report. *Performance Measurement and Management Control: Contemporary Issues*, 31, 83-108. <https://doi.org/10.1108/S1479-351220160000031003>
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- Freeman, R. E., Wicks, A. C., & Parmar, B. (2004). Stakeholder Theory and “The Corporate Objective Revisited”. *Organization Science*, 15(3), 364-369. <https://doi.org/10.1287/orsc.1040.0066>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013a). Is integrated reporting determined by a country’s legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 44, 45-55. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013b). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219-233. <https://doi.org/10.1002/csr.1294>
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2014). Explanatory factors of integrated sustainability and financial reporting. *Business Strategy and the Environment*, 23(1), 56-72. <https://doi.org/10.1002/bse.1765>
- Fuhrmann, S. (2019). A multi-theoretical approach on drivers of Integrated Reporting – Uniting firm-level and country-level associations. *Meditari Accountancy Research*, 28(1), 168-205. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2018-0412>
- Gallén, M. L., & Peraita, C. (2018). The effects of national culture on corporate social responsibility disclosure: a cross-country comparison. *Applied Economic*, 50(27), 2967-2979. <https://doi.org/10.1080/00036846.2017.1412082>
- Gandía, J. L. (2008). Determinants of internet-based corporate governance disclosure by Spanish listed companies. *Online Information Review*, 32(6), 791-817. <https://doi.org/10.1108/14684520810923944>
- García-Sánchez, I. M., Cuadrado-Ballesteros, B., & Frias-Aceituno, J. V. (2016). Impact of the institutional macro context on the voluntary disclosure of CSR information. *Long Range Planning*, 49(1), 15-35. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2015.02.004>
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., & Frias-Aceituno, J. V. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International Business Review*, 22(5), 828-838. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2013.01.007>
- Gerwanski, J., Kordsachia, O., & Velte, P. (2019). Determinants of materiality disclosure quality in integrated reporting: Empirical evidence from an international setting. *Business Strategy and the Environment*, 28(5), 750-770. <https://doi.org/10.1002/bse.2278>
- Girella, L., Zambon, S., & Rossi, P. (2019). Exploring the firm and country determinants of the voluntary adoption of integrated reporting. *Business Strategy and the Environment*, 28(7), 1323-1340. <https://doi.org/10.1002/bse.2318>
- Girella, L., Zambon, S., & Rossi, P. (2022). Board characteristics and the choice between sustainability and integrated reporting: a European analysis. *Meditari Accountancy Research*, 30(3), 562-596. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2020-1111>
- Guthrie, J., & Parker, L. D. (2012). Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. *Accounting and Business Research*, 19(76), 343-352. <https://doi.org/10.1080/00014788.1989.9728863>
- Halid, S., Mahmud, R., Zakaria, N. B., & Rahman, R. A. (2021). Does Board Monitoring Affect Integrated Reporting Disclosure for Better Transparency and Sustainability? *Universal*

- Journal of Accounting and Finance*, 9(5), 1049-1057. <https://doi.org/10.13189/ujaf.2021.090515>
- Hawley, A. (1968). *Human ecology*. International Encyclopedia of the Social Sciences.
- Hichri, A. (2020). Corporate governance and integrated reporting: evidence of French companies. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 20(3), 472-492. <https://doi.org/10.1108/JFRA-09-2020-0261>
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values*. Sage Publications.
- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online Reading in Psychology and Culture*, 2(1), 8-34. <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1014>
- Hofstede, G. (2015). *Dimension data matrix*. <https://geerthofstede.com/research-and-vsm/dimension-data-matrix/>
- Hofstede, G., & Bond, M. H. (1988). The Confucius connection: from cultural roots to economic growth. *Organizational Dynamics*, 16(4), 5-21. [https://doi.org/10.1016/0090-2616\(88\)90009-5](https://doi.org/10.1016/0090-2616(88)90009-5)
- Hofstede Insights. (2021). *What do we mean by "culture"?* <https://news.hofstede-insights.com/news/what-do-we-mean-by-culture>
- Hosmer, D. J. & Lemeshow, S. (1989). *Applied Logistic Regression* (2<sup>a</sup>ed.). John Wiley & Sons, Hoboken.
- Htay, S. N. N., Rashid, H. M. A., Adnan, M. A., & Meera, A. K. M. (2012). Impact of corporate governance on social and environmental information disclosure of Malaysian listed banks: Panel data analysis. *Asian Journal of Finance & Accounting*, 4(1), 1-24. <https://doi.org/10.5296/ajfa.v4i1.810>
- Hughes, B. (1986). Macroeconomic wage flexibility: comparative international experience. *Economic paper*, 5(3), 12-22. <https://doi.org/10.1111/j.1759-3441.1986.tb00517.x>
- IFA. (2017). *The Board of Directors and integrated reporting* [http://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2017/07/IFA\\_Reporting-Integre%CC%81-2017\\_EN.pdf](http://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2017/07/IFA_Reporting-Integre%CC%81-2017_EN.pdf)
- IFRS Foundation. (2020, dezembro). *Consultation paper and comment letters: sustainability reporting*. London: the international financial reporting standards foundation. <https://www.ifrs.org/projects/completedprojects/2021/sustainabilityreporting/consultation-paper-and-comment-letters/>
- IFRS Foundation. (2021, abril). *IFRS foundation trustees' feedback statement on the consultation paper on sustainability reporting*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/sustainability-reporting/sustainability-consultation-paper-feedback-statement.pdf>
- IIRC. (2013). *The International IR Framework*. International Integrated Reporting Council. <https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>
- Ingle, C., & Van Der Walt, N. (2005). Do board processes influence director and board performance? Statutory and performance implications. *Corporate Governance: An International Review*, 13(5), 632-653. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2005.00456.x>
- IoDSA. (2016). *King IV report on corporate governance for South Africa*. <https://www.iodsa.co.za/page/king-iv>
- Islam, S. (2020). Investigating the relationship between integrated reporting and firm performance in a voluntary disclosure regime: insights from Bangladesh. *Asian Journal of Accounting Research*, 6(2), 228-245. <https://doi.org/10.1108/AJAR-06-2020-0039>
- ISSB. (2022, março). *IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/exposure-draft-ifrs-s1-general-requirements-for-disclosure-of-sustainability-related-financial-information.pdf>

- Izzo M. F., & Fiori, G. (2016). The influence of corporate governance on the adoption of the integrated report: A first study on IIRC pilot programme. In C. Mio (ed.), *Integrated reporting* (pp. 155-179). Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-55149-8\\_9](https://doi.org/10.1057/978-1-137-55149-8_9)
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of traditional sustainability reporting versus integrated reporting. An institutionalist approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299-316. <https://doi.org/10.1002/bse.740>
- Jizi, M. I., Salama, A., Dixon, R., & Stratling, R. (2014). Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Disclosure: Evidence from the US Banking Sector. *Journal of Business Ethics*, 125(4), 601-615. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1929-2>
- Kassinis, G., & Vafeas, N. (2002). Corporate board and outside stakeholders as determinants as environmental litigation. *Strategic Management Journal*, 23(5), 399-415. <https://doi.org/10.1002/smj.230>
- Khlif, H., Hussainey, K., & Achek, I. (2015). The effect of national culture on the association between profitability and corporate social and environmental disclosure: a meta-analysis. *Meditari Accountancy Research*, 23(3), 296-321. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2014-0064>.
- Kiliç, M., & Kuzey, C. (2016). The effect of board gender diversity on firm performance: evidence from Turkey. *Gender in Management*, 31(7), 434-455. <https://doi.org/10.1108/GM-10-2015-0088>
- Kiliç, M., & Kuzey, C. (2018a). Determinants of forward-looking disclosures in integrated reporting. *Managerial Auditing Journal*, 33(1), 115-144. <https://doi.org/10.1108/MAJ-12-2016-1498>
- Kilic, M., & Kuzey, C. (2018b). The effect of corporate governance on carbon emission disclosures: Evidence from Turkey. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, 11(1), 35-53. <https://doi.org/10.1108/IJCCSM-07-2017-0144>
- Kiliç, M., Kuzey, C., & Uyar, A. (2015). The impact of ownership and board structure on Corporate Social Responsibility (CSR) reporting in the Turkish banking industry. *Corporate Governance*, 15(3), 357-374. <https://doi.org/10.1108/CG-02-2014-0022>
- KPMG. (2017). *The road ahead. KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting*. <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/xx/pdf/2017/10/kpmg-survey-of-corporate-responsibility-reporting-2017.pdf>
- Krzus, M. P. (2011). Integrated reporting: if not now, when? *IRZ-Zeitschrift Für Internationale Rechnungslegung*, 6, 271-276.
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2016). Corporate sustainable development: Is 'integrated reporting' a legitimation strategy? *Business Strategy and the Environment*, 25(3), 165-177. <https://doi.org/10.1002/bse.1863>
- Larmou, S., & Vafeas, N. (2010). The relation between board size and firm performance in firms with a history of poor operating performance. *Journal of Management & Governance*, 14(1), 61. <https://doi.org/10.1007/s10997-009-9091-z>
- Liao, L., Luo, L., & Tang, Q. (2015). Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure. *The British Accounting Review*, 47(4), 09-424. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.01.002>
- Lim, S., Matolcsy, Z., & Chow, D. (2007). The association between board composition and different types of voluntary disclosure. *European Accounting Review*, 16(3), 555-583. <https://doi.org/10.1080/09638180701507155>
- Lipton, M., & Lorsh, J. W. (1992). A modest proposal for improved corporate governance. *The Business Lawyer*, 48(1), 59-77.

- Lopes, I. T. (2015). Research methods and methodology towards knowledge creation in accounting. *Contaduría y Administración*, 60(1), 9-30. <https://doi.org/10.1016/j.cya.2015.08.006>
- Loprevite, S., Rupo, D., & Ricca, B. (2018). Integrated reporting practices in europe and value relevance of accounting information under the framework of IIRC. *International Journal of Business and Management*, 13(5), 1-12. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v13n5p1>
- Mahoney, L. S., Thorne, L., Cecil, L., & LaGore, W. (2013). A research note on standalone corporate social responsibility reports: signalling or greenwashing? *Critical Perspectives on Accounting*, 24(4/5), 350-359. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.09.008>
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Sílabo.
- Marrone, A. (2020). Corporate governance variables and integrated reporting. *International Journal of Business and Management*, 15(5), 26-36. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v15n5p26>
- Matuszak, L., & Rózanska, E. (2021). Towards 2014/95/EU directive compliance: the case of Poland. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 12(5), 1052-1076. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2020-0042>
- Melón-Izco, À., Ruiz-Cabestre, F. J., & Ruiz-Olalla, C. (2019). Determinants of good governance practices: the role of board Independence. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 49(3), 370-393. <https://doi.org/10.1080/02102412.2019.1655336>
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management & Governance*, 16(3), 477-509. <https://doi.org/10.1007/s10997-010-9160-3>
- Miller, T., & Triana, M.C. (2009). Demographic diversity in the boardroom: mediators of the board diversity-firm performance relationship. *Journal of Management Studies*, 46(5), 754-786. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2009.00839.x>
- Minkov, M. (2017). A revision of Hofstede's model of national culture: old evidence and new data from 56 countries. *Cross Cultural & Strategic Management*, 25(2), 231-256. <https://doi.org/10.1108/CCSM-03-2017-0033>
- Mion, G., & Aduai, C. R. L. (2019). Mandatory nonfinancial disclosure and its consequences on the sustainability reporting quality of Italian and German companies. *Sustainability*, 11(17), 4612. <https://doi.org/10.3390/su11174612>
- Miska, C., Szócs, I., & Schiffinger, M. (2018). Culture's effects on corporate sustainability practices: a multi-domain and multi-level view. *Journal of World Business*, 53(2), 263-279. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2017.12.001>
- Mokabane, M., & Toit, E. (2022). The value of integrated reporting in South Africa. *South African journal of economic and management sciences*, 25(1), 4305. <http://dx.doi.org/10.4102/sajems.v25i1.4305>
- Morros, J. (2016). The integrated reporting: A presentation of the current state of art and aspects of integrated reporting that need further development. *Intangible Capital*, 12(1), 336-356. <http://dx.doi.org/10.3926/ic.700>
- Muttakin, M. B., Khan, A., & Subramaniam, N. (2015). Firm characteristics, board diversity and corporate social responsibility: evidence from Bangladesh. *Pacific Accounting Review*, 27(3), 353-372. <https://doi.org/10.1108/PAR-01-2013-0007>
- Nickerson, C. (2022, maio) *Hofstede's Cultural Dimensions Theory*. Simply Psychology. <https://www.simplypsychology.org/hofstedes-cultural-dimensions-theory.html>
- Nicolò, G., Zanellato, G., & Tiron-Tudor, A. (2020). Integrated reporting and European state-owned enterprises: A disclosure analysis pre and post 2014/95/EU. *Sustainability*, 12(5), 1908. <https://doi.org/10.3390/su12051908>
- Nishitani, K., Unerman, J., & Kokubu, K. (2021). Motivations for voluntary corporate adoption of integrated reporting: A novel context for comparing voluntary disclosure and legitimacy

- theory. *Journal of Cleaner Production*, 322, 129027. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129027>
- Omran, M., Ramdhony, D., Mooneepen, O., & Nursimloo, V. (2021). Integrated reporting and board characteristics: evidence from top Australian listed companies. *Journal of Applied Accounting*, 22(4), 732-758. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2020-0077>
- Pahuja, S. (2009). Relationship between environmental disclosures and corporate characteristics: a study of large manufacturing companies in India. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 227-244. <https://doi.org/10.1108/17471110910964504>
- Prado-Lorenzo, J. M., & García-Sánchez, I. M. (2010). The role of the board of directors in disseminating relevant information on greenhouse gases. *Journal of Business Ethics*, 97(3), 391-424. <https://doi.org/10.1007/s10551-010-0515-0>
- Qaderi, S. A., Ghaleb, B. A. A., Hashed, A. A., Chandred, S., & Abdullah, Z. (2022). Board Characteristics and Integrated Reporting Strategy: Does Sustainability Committee Matter? *Sustainability*, 14(10), 6092. <https://doi.org/10.3390/su14106092>
- Raimo, N., Vitolla, F., & Nuccio, E. (2022). Corporate governance and environmental disclosure through integrated reporting. *Measuring Business Excellence*, 26(4), 451-470. <https://doi.org/10.1108/MBE-05-2021-0066>
- Rao, K., Tilt, C., & Lester, L. (2012). Corporate governance and environmental reporting: an Australian study. *Corporate Governance*, 12(2), 143-163. <https://doi.org/10.1108/14720701211214052>
- Richardson, A. J., & Welker, M. (2001). Social disclosure, financial disclosure and the cost of equity capital. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7/8), 597-616. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(01\)00025-3](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(01)00025-3)
- Said, R., Zainuddin, Y. H., & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212-226. <https://doi.org/10.1108/17471110910964496>
- Sekaran, U., & Bougie, R. (2013). *Research Methods for Business—A Skill Building Approach*. (6<sup>a</sup> ed.). John Wiley and Sons.
- Sierra-Garcia, L., Zorio-Grima, A., & García-Benau, M. (2015). Stakeholder Engagement, Corporate Social Responsibility and Integrated Reporting: An Exploratory Study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(5), 286-304. <https://doi.org/10.1002/csr.1345>
- Signorini, P., Wiesemes, R., & Murphy, R. (2009). Developing alternative frameworks for exploring intercultural learning: a critique of Hofstede's cultural difference model. *Teaching in Higher Education*, 14(3), 253-264. <https://doi.org/10.1080/13562510902898825>
- Songini L., Pistoni, A., Tettamanzi, T., Fratini, F., & Minutiello, V. (2021). Integrated reporting quality and BoD characteristics: an empirical analysis. *Journal of Management and Governance*, 26, 579-620. <https://doi.org/10.1007/s10997-021-09568-8>
- Sriani, D., & Agustia, D. (2020). Does voluntary integrated reporting reduce information asymmetry? Evidence from Europe and Asia. *Heliyon*. 6(12), 116-136. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e05602>
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5), 525-548. <https://doi.org/10.1080/00014788.2018.1470141>
- Sun, Y., Davey, H., Arunachalam, M., & Cao, Y. (2022). Towards a theoretical framework for the innovation in sustainability reporting: An integrated reporting perspective. *Frontiers in Environmental Science*, 10, 935899. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.935899>

- Talisma, A., & Hiroki, S. (2019). Corporate-Level Determinants of Integrated Reporting: Evidence from Japan. *AIST Journal*, 49, 109-128
- Tingbani, I., Chithambo, L., Tauringana, V., & Papanikolaou, N. (2020). Board gender diversity, environmental committee and greenhouse gas voluntary disclosures. *Business Strategy and the Environment*, 29(6), 2194-2210. <https://doi.org/10.1002/bse.2495>
- Trireksani, T., & Djajadikerta, H. G. (2016). Corporate governance and environmental disclosure in the Indonesian mining industry. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 10(1), 18-28. <http://dx.doi.org/10.14453/aabfj.v10i1.3>
- Vafeas, N. (1999). Board meeting frequency and firm performance - an empirical analysis. *Journal of Financial Economics*, 53(1), 113-142. [https://doi.org/10.1016/S0304-405X\(99\)00018-5](https://doi.org/10.1016/S0304-405X(99)00018-5)
- Van der Laan S. J., Adhikari, A., & Tondkar, R.H. (2005). Exploring differences in social disclosures internationally: a stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123-151. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.12.007>
- Vaz, N., Fernandez-Feijoo, B., & Ruiz, S. (2016). Integrated reporting: an international overview. *Business Ethics: A European Review*, 25(4), 577-591. <https://doi.org/10.1111/beer.12125>
- Velte, P. (2022). Does sustainable corporate governance have an impact on materiality disclosure quality in integrated reporting? International evidence. *Sustainable Development*, 1-16. <https://doi.org/10.1002/sd.2333>
- Velte, P., & Gerwanski, J. (2020). The Impact of Governance on Integrated Reporting. In C. De Villiers, P. K. Hsiao, & W. Maroun, *The Routledge Handbook of Integrated Reporting*. Routledge International.
- Velte, P., & Stawinoga, M. (2017). Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. *Journal of Management Control*, 28(3), 275-320. <https://doi.org/10.1007/s00187-016-0235-4>
- Venturelli, A., Caputo, F., Leopizzi, R., & Pizzi, S. (2019). The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: a cross country analysis. *Social Responsibility Journal*, 15(4) 409-423. <https://doi.org/10.1108/SRJ-12-2017-0275>
- Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 5(1), 179-194. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(83\)90011-3](https://doi.org/10.1016/0165-4101(83)90011-3)
- Vitolla, F., Raimo, N., & Rubino, M. (2019). Board characteristics and integrated reporting quality: an agency theory perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 1152-1163. <https://doi.org/10.1002/csr.1879>
- WICI. (2013). *Connectivity: Background Paper for <IR>*. International Integrated Reporting Council. <https://www.integratedreporting.org/resource/background-papers/>
- Xie, B., Davidson, W. N., & DaDalt, P. J. (2003). Earnings management and corporate governance: The role of the board and the audit committee. *Journal of Corporate Finance*, 9(3), 295-316. [https://doi.org/10.1016/S0929-1199\(02\)00006-8](https://doi.org/10.1016/S0929-1199(02)00006-8)
- York, R. (2018). Control variables and causal inference: a question of balance. *International Journal of Social Research Methodology*, 21(6), 675-684. <https://doi.org/10.1080/13645579.2018.1468730>
- Zijl, V. W., Wöstmann, C., & Maroun, W. (2017). Strategy disclosures by listed financial services companies: Signalling theory, legitimacy theory and South African integrated reporting practices. *South African Journal of Business Management*, 48(3), 73-85. <https://doi.org/10.4102/sajbm.v48i3.37>



## 9. Anexos

### Anexo A - Figuras de apoio à Revisão de literatura

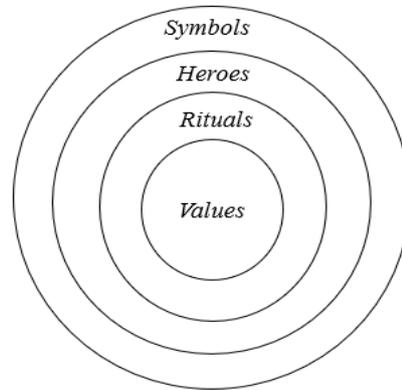


Figura 9.1 - Níveis subjacentes à definição de cultura

Fonte: Adaptado de Hofstede Insights, 2021

### Anexo B - Índices das dimensões de Hofstede analisadas

País	Coletivismo	Feminismo	Orientação para o longo-prazo
Alemanha	33	34	83
Áustria	45	21	60
Bélgica	25	46	82
Dinamarca	26	84	35
Eslovénia	73	81	49
Espanha	49	58	48
Finlândia	37	74	38
França	29	57	63
Grécia	65	43	45
Hungria	20	12	58
Irlanda	30	32	24
Itália	24	30	61
Luxemburgo	40	50	64
Malta	41	53	47
Países Baixos	20	86	67
Polónia	40	36	38
Portugal	73	69	28
República Checa	42	43	70
Suécia	29	95	53

Fonte: Adaptado de Hofstede, 2015

**Anexo C - Outputs do SPSS**

Tabela 9.1 - Testes de normalidade

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
	Estatística	gl	Sig.
<b>WOMEN</b>	0,130	737	0,000
<b>INDEPENDENCE</b>	0,087	737	0,000
<b>BOARDSIZE</b>	0,094	737	0,000
<b>ACTIVITY</b>	0,070	737	0,000
<b>COLLECT</b>	0,530	737	0,000
<b>FEMINISM</b>	0,346	737	0,000
<b>LONGTERM</b>	0,358	737	0,000
<b>ROA</b>	0,195	737	0,000
<b>SIZE</b>	0,041	737	0,005

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9.2 - Teste de Hosmer-Lomeshow (ajustamento do modelo)

Modelo	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,182	8	0,627

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9.3 - Análise da qualidade preditiva do modelo

Resumo do modelo			
Modelo	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	750,150 <sup>a</sup>	0,126	0,185

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9.4 - Tabela de Classificação

Observado		Previsto		Percentagem correta	
		IR			
		0	1		
<b>Etapa 1</b>	IR	0	42	152	21,6
		1	30	513	94,5
Percentagem global				75,3	

a. O valor de recorte é ,500

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9.5 - Testes de Omnibus do Modelo de Coeficientes

		<b>Qui- quadrado</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>
<b>Modelo 1</b>	Etapa	99,475	16	0,000
	Bloco	99,475	16	0,000
	Modelo	99,475	16	0,000

Fonte: Elaboração própria